

**Relatório de
recomendações para o
ENFRENTAMENTO AO
DISCURSO DE ÓDIO
E AO EXTREMISMO
NO BRASIL**

**Grupo de Trabalho do Ministério dos Direitos Humanos e da
Cidadania para apresentação de estratégias de combate ao
discurso de ódio e ao extremismo, e para a proposição de
políticas públicas em direitos humanos sobre o tema**

**RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÕES PARA
O ENFRENTAMENTO AO DISCURSO DE ÓDIO
E AO EXTREMISMO NO BRASIL**

**Brasília
Julho de 2023**

RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÕES PARA
O ENFRENTAMENTO AO DISCURSO DE ÓDIO
E O EXTREMISMO NO BRASIL

R382

Relatório de Recomendações para o Enfrentamento do Discurso de Ódio e o Extremismo no Brasil. Christian Ingo Lenz Dunker, Débora Diniz Rodrigues, Esther Solano. et al. / Camilo Onoda Luiz Caldas, Manuela Pinto Vieira d'Ávila, Brenda de Fraga Espindula. et al. (Coord.) - 1. ed. - Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023.

85 p.

ISBN : 978-65-88137-44-4

1. Discurso de Ódio. 2. Enfrentamento à Violência. 3. Brasil. Extremismo político. I. Caldas, Camilo Onoda Luiz. II. Vieira d'Ávila, Manuela Pinto. III. Espindula, Brenda de Fraga. IV. Marina Lopes Correa Schaidhauer.

CDD 304

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

**RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÕES PARA
O ENFRENTAMENTO AO DISCURSO DE ÓDIO
E AO EXTREMISMO NO BRASIL**

Apresentado pelo “Grupo de Trabalho para apresentação de estratégias de combate ao discurso de ódio e ao extremismo, e para a proposição de políticas públicas em direitos humanos sobre o tema” instituído pela Portaria nº 130, de 23 de fevereiro de 2023, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania da República Federativa do Brasil.

**Brasília
Julho de 2023**

REALIZAÇÃO

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA

Ministro de Estado

Silvio Luiz de Almeida

Secretária-Executiva

Rita Cristina de Oliveira

Chefe de Gabinete

Marina Basso Lacerda

Coordenação-geral de cerimonial e protocolo

Marli Aparecida Vieira da Silva

Assessoria de participação social e diversidade

Anna Karla da Silva Pereira

ELABORAÇÃO

Grupo de trabalho para apresentação de estratégias de combate ao discurso de ódio e ao extremismo, e para a proposição de políticas públicas em direitos humanos sobre o tema

Coordenação

Presidência

Manuela Pinto Vieira d'Ávila

Relatoria

Camilo Onoda Luiz Caldas

Assessoria técnica

Brenda de Fraga Espindula

Marina Lopes Correa Schaidhauer

Autoria - Participantes do Grupo de Trabalho

Membros da sociedade civil

Brenda de Fraga Espindula; Camilo Onoda Caldas; Christian Ingo Lenz Dunker; Débora Diniz Rodrigues; Esther Solano; Felipe Mendonça; Felipe Neto Rodrigues Vieira; Francirosy Campos Barbosa; Guilherme Stolle Paixão e Casarões; João Cezar de Castro Rocha; Isabela Oliveira Kalil; Letícia Maria Costa da Nobrega Cesarino; Lola Aronovich; Lusmarina Campos Garcia; Magali do Nascimento Cunha; Manuela Pinto Vieira d'Ávila; Marcos Xukuru; Marina Lopes Correa Schaidhauer; Michel Gherman; Nina Santos; Pedro Rodrigues Curi Hallal; Rosane da Silva Borges; Ricardo Campos; Ronilso Pacheco; Rosana Pinheiro-Machado; Rodney William Eugênio; Rony Vainzof e Salem Hikmat Nasser.

Representantes do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

Alex André Vargem; Alexandre da Silva; Anna Karla da Silva Pereira; Anna Paula Feminella; Antônio José Ferreira; Ariel de Castro Alves; Caio Bruno Pires Mendes Cateb; Clara Martins Solon; Danielle da Silva Santa Brigida; Danilo Vergani Machado; Douglas dos Santos Rodrigues; Felipe Iraldo de Oliveira Biasoli; Giordana Cavalcante Freire da Silva; Isadora Brandão Araujo da Silva; Maria Luiza Moura Oliveira; Nilmário de Miranda; Rafael Moreira da Silva de Oliveira; Ruy Felipe Fiquene Conde; Symmy Larrat; Tatiana Cochlar da Silva Araújo; e Thais Maria de Machado Lemos Ribeiro.

Representantes de instituições de Estado

Aline Yamamoto; Artur Sinimbu Silva; Carla Ramos; Claudia Aparecida de Souza Trindade; Erivan Hilário dos Santos; José Fernandes Mendonça; Karen Mota; Leila de Moraes; Luna Costa de Oliveira; Marivaldo de Castro Pereira; Rodolfo de Carvalho Cabral; Samara Mariana de Castro; Sheila Santana de Carvalho; e Theresa Catharina Campelo de Melo Amorim.

Colaboradores

Participantes externos convidados para contribuições

Ali Hussein El Zoghbi; Alvaro Borba; Andressa Pellanda; Babalawo Ivanir dos Santos; Catarina de Almeida Santos; Débora Gozzo Knudson; Denise Dora; Emerson Maia Damasceno; Erasto Mendonça; Fayda Belo; Helena Vieira; Ivan Baron; Januária Cristina Alves; Leticia Oliveira de Souza; Luka Franca; Maria Tranjan; Mariana de Almeida Filizola; Marlon Alberto Weichert; Priscila Machado Vieira Lima; Rafael Zanatta; Renato Ribeiro de Almeida; Roberto Serra; Yann Evanovick.

Observadores externos convidados

Aldo Arantes; Álex Kalil; Ana D'angelo; Clemir Fernandes; Daniel Douek; Ellen Costa; Fabiane Tejada; Fernanda Marins; Gabriel Mizrahi; Isabela Mena; Isis Taboas; Janaina Penalva; Januária Alves; Juliana Bueno; Leonardo David Quintiliano; Luiz Campião; Marina Frid; Priscila Petra; Sérgio Inácio do Nascimento; Silvia Souza; Simony dos Anjos; Vladimir Safatle.

À memória de
Adriana Abreu Magalhães Dias

PREFÁCIO

O presente relatório é fruto de contribuições coletivas oriundas do “Grupo de Trabalho para apresentação de estratégias de enfrentamento ao discurso de ódio e ao extremismo, e para a proposição de políticas públicas em direitos humanos sobre o tema”, instituído pela Portaria nº 130, de 23 de fevereiro de 2023, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) da República Federativa do Brasil, nos termos das competências estabelecidas pelo Art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal.

O Grupo de Trabalho (GT) foi instituído pelo Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvío Luiz de Almeida, nomeado pelo presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, considerando a necessidade premente de adoção de medidas que propiciem o enfrentamento ao discurso de ódio e ao extremismo que atualmente colocam em risco a democracia e a paz, prejudicam o funcionamento das instituições, produzem vítimas e provocam violentos conflitos sociais.

As atividades do Grupo de Trabalho foram realizadas de forma não remunerada, sem o custeio de quaisquer despesas aos participantes, contando com a participação de membros da sociedade civil, Advocacia-Geral da União, Ministérios do Governo Federal e Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

Por meio deste GT, o MDHC contribui pra realizar o objetivo da República Federativa do Brasil descrito no Art. 3º, inciso IV, da Constituição Federal, de “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”, alinhando-se com o “Plano de Ação sobre Discurso de Ódio” lançado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2019.

Este documento é um passo inicial sobre o discurso de ódio e o extremismo, cuja complexidade e relevância demandarão novos e contínuos esforços para o levantamento de dados, análise dos fenômenos e apresentação de novas propostas. O GT espera que o relatório circule como um documento de reflexão sobre a urgência do enfrentamento ao ódio e ao extremismo no Brasil e que permita ter a prevenção e o cuidado das vítimas no centro das respostas institucionais e políticas.

Brasília, 03 de julho de 2023.

Manuela P. V. d’Ávila
Presidenta do Grupo de Trabalho

Camilo Onoda Caldas
Relator do Grupo de Trabalho

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 10 |
| 1.1 Método de trabalho | 10 |
| 1.2 Fundamentos jurídicos | 11 |
| 1.3 Participantes..... | 18 |
| 1.3.1 Membros da sociedade civil | 18 |
| 1.3.2 Membros do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania..... | 19 |
| 1.3.3 Membros de instituições de Estado..... | 20 |
| 1.3.4 Participantes externos convidados para encontros..... | 20 |
| 1.3.5 Observadores externos convidados..... | 21 |
| 2 COMO DEFINIR O DISCURSO DE ÓDIO E O EXTREMISMO | 22 |
| 3 AS PRINCIPAIS MANIFESTAÇÕES DO ÓDIO E DE EXTREMISMO A SEREM ENFRENTADAS. | 28 |
| a. Misoginia e a violência contra as mulheres | |
| b. Racismo contra pessoas negras e indígenas | |
| c. Ódio e violência contra a população LGBTQIA+ | |
| d. Xenofobia e violência contra estrangeiros e nacionais da região Norte e Nordeste | |
| e. Ódio e violência contra as pessoas e comunidades pobres | |
| f. Intolerância, ódio e violência contra as comunidades e pessoas religiosas e não religiosas | |
| g. Capacitismo e violência contra as pessoas com deficiência | |
| h. Grupos geracionais mais vulneráveis ao contágio do extremismo: jovens e pessoas idosas | |
| i. Atos extremistas contra as escolas, instituições de ensino e docentes e a violência decorrente do discurso de ódio. | |
| j. O ódio e a violência extremista contra instituições e profissionais da imprensa e ciência | |
| k. Violência política, neonazismo e atos extremistas contra a democracia | |
| 4 ESTRATÉGIAS E RECOMENDAÇÕES | 37 |
| 4.1 Educação e Cultura em Direitos Humanos..... | 39 |
| 4.2 A escola e a universidade promotoras da paz e da convivência democrática | 45 |
| 4.3 Internet segura, Educação Midiática e Comunicação Popular e Comunitária | 49 |
| 4.4 Proteção e reparação às vítimas dos discursos de ódio..... | 53 |
| 4.5 Dados e pesquisas para subsidiar as ações e as políticas públicas..... | 56 |
| 4.6 Boas práticas para jornalistas e comunicadores para enfrentar o discurso de ódio | 57 |
| 5 REFERÊNCIAS | 59 |
| 6 ANEXOS | 82 |

1

INTRODUÇÃO

1.1 Método de trabalho

O presente relatório é fruto das escutas e dos debates realizados pelo “Grupo de Trabalho para apresentação de estratégias de combate ao discurso de ódio e ao extremismo, e para a proposição de políticas públicas em direitos humanos sobre o tema”, criado por iniciativa do Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) da República Federativa do Brasil, Silvio Luiz de Almeida, por meio da Portaria nº 130, de 23 de fevereiro de 2023, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania da República Federativa do Brasil, publicada em 24 de fevereiro de 2023, no Diário Oficial da União.¹

Em quinze encontros virtuais, sob a presidência de Manuela d’Ávila e a relatoria de Camilo Onoda Caldas, o Grupo de Trabalho (GT) realizou escutas de especialistas e representantes de organizações da sociedade civil e instituições governamentais, objetivando caracterizar as manifestações do discurso de ódio e os efeitos em diferentes dimensões da vida comum, bem como apresentar um conjunto de recomendações para enfrentar esse problema.

Os encontros foram realizados com três horas de duração, na modalidade telepresencial, nas seguintes datas: 06, 13, 23 e 27 de março, 03, 13, 17 e 24 de abril, 04, 08, 18 e 22 de maio e 22, 26 e 28 de junho de 2023.

Em 26 de maio de 2023, foi realizada reunião com a representante da Embaixada da Finlândia, Johana Kivimaki, a fim de dialogar sobre a experiência exitosa do país nórdico na promoção de uma política nacional de educação midiática, implementada pelos ministérios da Educação e da Cultura em parceria com o Instituto Nacional de Audiovisual.

Por meio da plataforma *Participa+Brasil*, foi realizada a divulgação do andamento dos trabalhos realizados pelo GT a fim de fornecer transparência, colher contribuições e melhorar a qualidade do resultado alcançado. Além

¹ BRASIL. **Portaria nº 130, de 23 de fevereiro de 2023**. Institui Grupo de Trabalho para apresentação de estratégias de combate ao discurso de ódio e ao extremismo, e para a proposição de políticas públicas em direitos humanos sobre o tema. Brasília: MDHC, 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-130-de-23-de-fevereiro-de-2023-465832327>. Acesso em: 28 jun. 2023.

disso, houve também a recepção direta de contribuições oriundas da sociedade civil pelos membros do GT.

Na fase das escutas, os encontros contaram com a presença dos membros efetivos da sociedade civil nomeados para esse GT, representantes do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania e de outros ministérios, elencados à frente, bem como membros da Advocacia-Geral da União e da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República. Além da participação desses membros, foram convidados observadores externos para todos os encontros e especialistas para determinadas ocasiões a fim de contribuir em temáticas específicas.

Na fase final, a versão do relatório foi debatida e aprovada pelos membros do GT sendo, posteriormente, apresentada ao MDHC no dia 03 de julho de 2023.

1.2 Fundamentos jurídicos

A instituição do Grupo de Trabalho (GT) e realização de suas atividades ocorreram a partir da premissa de que atuar contra o discurso de ódio é, em primeiro lugar, um imperativo democrático, pois o discurso de ódio e o extremismo não apenas causam danos a grupos, comunidades e pessoas, eles provocam intimidação, isolamento, sofrimento e, até mesmo, extermínio, além de inúmeras outras consequências que serão apontadas ao longo deste relatório.

Além de cumprir um preceito democrático de respeito à vida, à diversidade e à dignidade humana, o escopo deste GT atende à determinação constitucional, esculpida em diversos artigos da Constituição Federal, com especial destaque para os seguintes:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

[...]

III - a dignidade da pessoa humana;

[...]

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

[...]

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

[...]

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

[...]

VI - defesa da paz;

VII - solução pacífica dos conflitos;

VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;²

Consoante com o ordenamento jurídico brasileiro, a “Declaração Universal dos Direitos Humanos” da Organização das Nações Unidas (ONU) também estabelece a proteção das pessoas contra o discurso de ódio, sendo oportuno destacar os seguintes dispositivos deste documento:

Art. 1

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Art. 2

1. Todo ser humano tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

[...]

Art. 7

Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei. Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação.

Art. 26

[...]

2. A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do ser humano e pelas liberdades fundamentais. A instrução promoverá a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos e coadjuvará as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.³

Em harmonia com as diretrizes supracitadas, há o “Pacto Internacional sobre Direitos Cívicos e Políticos” assinado e ratificado pelo Brasil, que possui determinações específicas para enfrentar o preconceito e a discriminação e,

² BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 jun. 2023.

³ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: [unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos](https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos). Acesso em: 28 jun. 2023.

inclusive, deixa explícito que a liberdade de expressão não contempla o direito de propagar discurso de ódio:

Art. 19

[...]

2. Toda pessoa terá direito à liberdade de expressão; esse direito incluirá a liberdade de procurar, receber e difundir informações e ideias de qualquer natureza, independentemente de considerações de fronteiras, verbalmente ou por escrito, em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro meio de sua escolha.

3. **O exercício do direito previsto no parágrafo 2 do presente artigo implicará deveres e responsabilidades especiais.** Conseqüentemente, poderá estar sujeito a certas restrições, que devem, entretanto, ser expressamente previstas em lei e que se façam necessárias para:

a) assegurar o respeito dos direitos e da reputação das demais pessoas;

b) proteger a segurança nacional, a ordem, a saúde ou a moral públicas.

[...]

Art. 20

[...]

2. Será proibida por lei qualquer apologia do ódio nacional, racial ou religioso que constitua incitamento à discriminação, à hostilidade ou à violência.

[...]

Art. 27

Nos Estados em que haja minorias étnicas, religiosas ou lingüísticas, as pessoas pertencentes a essas minorias não poderão ser privadas do direito de ter, conjuntamente com outros membros de seu grupo, sua própria vida cultural, de professar e praticar sua própria religião e usar sua própria língua.⁴ (Grifos nossos)

Particularmente em relação ao discurso de ódio racial, o GT destaca que o Brasil assumiu compromisso internacional em enfrentar este tipo de prática ao assinar e ratificar a “Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação” Racial que estebelece o seguinte:

Art. IV Os Estados partes condenam tôda propaganda e tôdas as organizações que se inspirem em ideias ou teorias

⁴ BRASIL. Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992. Atos Internacionais. Pacto internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação. Brasília: Presidência da República, 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm. Acesso em: 28 jun. 2023.

baseadas na superioridade de uma raça ou de um grupo de pessoas de uma certa cor ou de uma certa origem étnica ou que pretendem justificar ou encorajar qualquer forma de ódio e de discriminação raciais e comprometem-se a adotar imediatamente medidas positivas destinadas a eliminar qualquer incitação a uma tal discriminação, ou quaisquer atos de discriminação com este objetivo, tendo em vista os princípios formulados na Declaração universal dos direitos do homem e os direitos expressamente enunciados no artigo 5 da presente convenção, eles se comprometem principalmente:

- a) a declarar delitos puníveis por lei, qualquer difusão de ideias baseadas na superioridade ou ódio raciais, qualquer incitamento à discriminação racial, assim como quaisquer atos de violência ou provocação a tais atos,** dirigidos contra qualquer raça ou qualquer grupo de pessoas de outra cor ou de outra origem étnica, como também qualquer assistência prestada a atividades racistas, inclusive seu financiamento;
- b) a declarar ilegais e a proibir as organizações assim como as atividades de propaganda organizada e qualquer outro tipo de atividade de propaganda que incitar à discriminação racial e que a encorajar e a declarar delito punível por lei a participação nestas organizações ou nestas atividades.
- c) a não permitir às autoridades públicas nem às instituições públicas, nacionais ou locais, o incitamento ou encorajamento à discriminação racial.**⁵ (Grifos nossos)

No mesmo sentido, é compromisso do Brasil no enfrentamento à misoginia e todas as formas de violência contra as mulheres, ao assinar e ratificar “Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher” (CEDAW), que estabelece o seguinte:

Art. 5º Os Estados-partes tomarão todas as medidas apropriadas para:

- a) modificar os padrões socioculturais de conduta de homens e mulheres, com vistas a alcançar a eliminação de preconceitos e práticas consuetudinárias e de qualquer outra índole que estejam baseados na idéia da inferioridade ou superioridade de qualquer dos sexos ou em funções estereotipadas de homens e mulheres.

[...]

Art. 10 Os Estados-partes adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher, a fim de assegurar-lhe a igualdade de direitos com o homem na esfera da educação e em particular para assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres:

⁵ BRASIL. **Decreto nº 65.810, de 8 de dezembro de 1969.** Promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Brasília: Presidência da República, 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D65810.html. Acesso em: 28 jun. 2023.

[...]

c) a eliminação de todo conceito estereotipado dos papéis masculino e feminino em todos os níveis e em todas as formas de ensino, mediante o estímulo à educação mista e a outros tipos de educação que contribuam para alcançar este objetivo e, em particular, mediante a modificação dos livros e programas escolares e adaptação dos métodos de ensino;⁶

Com relação aos povos originários e indígenas, o Brasil assinou e ratificou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os Povos Indígenas e Tribais, promulgada na forma de legislação pelo Brasil em 19 de abril de 2004, por meio do Decreto nº 5.051/2004, e que está em vigência atualmente pelo Decreto nº 10.088/2019. O tratado internacional em questão estabelece o seguinte:

Art. 3º

1. Os povos indígenas e tribais deverão gozar plenamente dos direitos humanos e liberdades fundamentais, sem obstáculos nem discriminação. As disposições desta Convenção serão aplicadas sem discriminação aos homens e mulheres desses povos.

2. Não deverá ser empregada nenhuma forma de força ou de coerção que viole os direitos humanos e as liberdades fundamentais dos povos interessados, inclusive os direitos contidos na presente Convenção.

[...]

Art. 13

1. Ao aplicarem as disposições desta parte da Convenção, os governos deverão respeitar a importância especial que para as culturas e valores espirituais dos povos interessados possui a sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação.

[...]

Art. 31

Deverão ser adotadas medidas de caráter educativo em todos os setores da comunidade nacional, e especialmente naqueles que estejam em contato mais direto com os povos interessados, com o objetivo de se eliminar os preconceitos que poderiam ter com relação a esses povos. Para esse fim, deverão ser realizados esforços para assegurar que os livros de História e demais materiais didáticos ofereçam uma

⁶ BRASIL. **Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002.** Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm. Acesso em: 28 jun. 2023.

descrição equitativa, exata e instrutiva das sociedades e culturas dos povos interessados.⁷ (Grifos nossos).

Sobre o compromisso brasileiro de enfrentar o capacitismo e garantir os direitos das pessoas com deficiência, destaca-se a “Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”, assinada em Nova Iorque, em 30 de março de 2007, e promulgada no Brasil por meio do Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, no qual se estabelece:

Art. 8

Conscientização

1. Os Estados Partes se comprometem a adotar medidas imediatas, efetivas e apropriadas para:

a) Conscientizar toda a sociedade, inclusive as famílias, sobre as condições das pessoas com deficiência e fomentar o respeito pelos direitos e pela dignidade das pessoas com deficiência;

b) **Combater estereótipos, preconceitos e práticas nocivas em relação a pessoas com deficiência**, inclusive aqueles relacionados a sexo e idade, em todas as áreas da vida;

c) Promover a conscientização sobre as capacidades e contribuições das pessoas com deficiência.

[...]⁸ (Grifos nossos)

Todos os tratados internacionais acima apontados se somam à participação do Brasil no “Consenso de Montevideu sobre População e Desenvolvimento”⁹, organizado pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) com o apoio do Fundo de População das Nações Unidas, que apresenta mais de cento e vinte medidas sobre oito temas identificados como prioritários para efetivar o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD): direitos, necessidade e demandas dos meninos, meninas, adolescentes e jovens; proteção social e desafios socioeconômico para a população em envelhecimento; acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva; igualdade de gênero; migração internacional e proteção de direitos dos migrantes; desigualdade territorial, mobilidade espacial e

⁷ BRASIL. **Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019**. Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10088.htm. Acesso em: 29 jun. 2023.

⁸ BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 29 jun. 2023.

⁹ COMISSÃO ECONÔMICA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AMÉRICA LATINA – CEPAL. **Consenso de Montevideo sobre población y desarrollo**. Montevideu, ago. 2013. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/handle/11362/21835>. Acesso em: 28 jun. 2023.

vulnerabilidade ambiental; povos indígenas, interculturalidade e direitos; direitos dos povos afrodescendentes, combate ao racismo e à discriminação racial.

Por fim, o GT destaca que em 2019, a ONU apresentou um documento intitulado “Estratégia e Plano de Ação sobre o Discurso de Ódio”¹⁰ e estabeleceu, em 2021, por meio de Resolução A/RES/75/309,¹¹ o dia 18 de junho como o “Dia Internacional de Combate ao Discurso de Ódio”. Em 2023, o secretário-geral da ONU, António Guterres, por ocasião desta data, manifestou-se afirmando que:

O discurso de ódio é usado para alimentar o medo e a polarização, frequentemente para ganhos políticos e com um custo imenso para as comunidades e as sociedades. Incita a violência, exacerba as tensões e impede os esforços para promover a mediação e o diálogo. É um dos sinais de alerta de genocídio e de outros crimes atrozes.

O discurso de ódio é frequentemente dirigido a grupos vulneráveis, reforçando a discriminação, o estigma e a marginalização. Minorias, mulheres, refugiados, migrantes e pessoas de diversas orientações sexuais e identidades de gênero são alvos frequentes. As plataformas de mídia social podem amplificar e espalhar o discurso de ódio à velocidade da luz.

[...]

Os nossos escritórios e equipes em todo o mundo enfrentam o discurso de ódio implementando planos de ação locais com base nessa estratégia.

Iniciativas de educação, campanhas de discurso positivo, pesquisas para entender e abordar as causas profundas e esforços para promover a inclusão e a igualdade de direitos têm um papel importante. Os líderes religiosos, comunitários e empresariais também devem desempenhar o seu papel.¹²

Portanto, a iniciativa do ministro Silvio Luiz de Almeida e do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania de enfrentar o discurso de ódio e o extremismo cumpre as determinações normativas nacionais e internacionais

¹⁰ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **UN Strategy and Plan of Action on Hate Speech**. Advising and Mobilizing. Disponível em: <https://www.un.org/en/genocideprevention/hate-speech-strategy.shtml>. Acesso em: 28 jun. 2023.

¹¹ Disponível em: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Resolução A/RES/75/309**. Promoting interreligious and intercultural dialogue and tolerance in countering hate speech. Resolution adopted by the General Assembly on 21 July 2021. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3814328>. Acesso em: 23 jun. 2023.

¹² NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **O discurso de ódio "é um dos sinais de alerta de genocídio e de outros crimes atrozes," alerta Guterres**, 16 maio 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/236831-o-discurso-de-%C3%B3dio-%C3%A9-um-dos-sinais-de-alerta-de-genoc%C3%ADdio-e-de-outros-crimes-atrozes-alerta>. Acesso em: 28 jun. 2023.



e alinha-se com o posicionamento de diversos países e da ONU que estão engajados na luta pela efetivação dos direitos humanos e em busca da paz e da convivialidade democrática.

1.3 Participantes

1.3.1 *Membros da sociedade civil*

Manuela Pinto Vieira d'Ávila, presidenta do GT; Camilo Onoda Caldas, relator do GT; Brenda de Fraga Espindula; Christian Ingo Lenz Dunker; Débora Diniz Rodrigues; Esther Solano; Felipe Mendonça; Felipe Neto Rodrigues Vieira; Francirosy Campos Barbosa; Guilherme Stolle Paixão e Casarões; João Cezar de Castro Rocha; Isabela Oliveira Kalil; Letícia Maria Costa da Nobrega Cesarino; Lola Aronovich; Lusmarina Campos Garcia; Magali do Nascimento Cunha; Marcos Xukuru; Marina Lopes Correa Schaidhauer; Michel Gherman; Nina Santos; Pedro Rodrigues Curi Hallal; Rosane da Silva Borges; Ricardo Campos; Ronilso Pacheco; Rosana Pinheiro-Machado; Rodney William Eugênio; Rony Vainzof; e Salem Hikmat Nasser.

1.3.2 Membros do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

a. Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos:

Titular: Isadora Brandão Araujo da Silva; e suplente: Alex André Vargem;

b. Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+:

Titular: Symmy Larrat; e suplente: Danielle da Silva Santa Brigida;

c. Assessoria de Participação Social e Diversidade:

Titular: Anna Karla da Silva Pereira;

d. Assessoria Especial de Comunicação Social:

Titular: Ruy Felipe Fiquene Conde; e suplente: Tatiana Cochlar da Silva Araújo;

e. Assessoria Especial de Educação e Cultura em Direitos Humanos:

Titular: Thais Maria de Machado Lemos Ribeiro; e suplente: Giordana Cavalcante Freire da Silva;

f. Assessoria Especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade:

Titular: Nilmário de Miranda; e suplente: Caio Bruno Pires Mendes Cateb;

g. Assessoria Especial de Assuntos Internacionais:

Titular: Clara Martins Solon; e suplente: Douglas dos Santos Rodrigues;

h. Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos;

Titular: Felipe Iraldo de Oliveira Biasoli; e suplente: Rafael Moreira da Silva de Oliveira;

i. Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa;

Titular: Alexandre da Silva; e suplente: Danilo Vergani Machado;

j. Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência;

Titular: Anna Paula Feminella; e suplente: Antônio José Ferreira;

k. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Titular: Ariel de Castro Alves; e suplente: Maria Luiza Moura Oliveira.



1.3.3 Membros de instituições de Estado

a. Advocacia-Geral da União:

Titular: Claudia Aparecida de Souza Trindade; e suplente: Leila de Moraes;

b. Ministério da Educação:

Titular: Rodolfo de Carvalho Cabral; e suplente: Theresa Catharina Campelo de Melo Amorim;

c. Ministério da Igualdade Racial:

Titular: Luna Costa de Oliveira; e suplente: Artur Sinimbu Silva;

d. Ministério da Justiça e Segurança Pública:

Titular: Marivaldo de Castro Pereira; e suplente: Sheila Santana de Carvalho;

e. Ministério das Mulheres:

Titular: Carla Ramos; e suplente: Aline Yamamoto;

f. Ministério dos Povos Indígenas:

Titular: José Fernandes Mendonça; e suplente: Karen Mota;

g. Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República:

Titular: Erivan Hilário dos Santos; e suplente: Samara Mariana de Castro.

1.3.4 Participantes externos convidados para encontros

Ali Hussein El Zoghbi (Federação das Associações Muçulmanas do Brasil)

Alvaro Borba (Canal Meteoro Brasil)

Andressa Pellanda (Campanha Nacional pelo Direito à Educação)

Babalawo Ivanir dos Santos (Pesquisador da UFRJ)

Catarina de Almeida Santos (Pesquisadora da UnB)

Débora Gozzo Knudson (Pesquisadora de Bioética da Universidade São Judas Tadeu)

Denise Dora (Artigo 19)

Emerson Maia Damasceno (Comissão Nacional da Pessoa Autista do Conselho Federal da OAB)

Erasto Mendonça (Coordenador-geral de Políticas Educacionais em Direitos Humanos)

Fayda Belo (Advogada)

Helena Vieira (Escritora e ativista transfeminista)

Ivan Baron (Pedagogo e ativista anticapacitista)

Januária Cristina Alves (Jornalista)



Leticia Oliveira de Souza (Coletivo El Coyote)
Luka Franca (Pesquisadora da Universidade São Judas Tadeu)
Maria Tranjan (Artigo 19)
Mariana de Almeida Filizola (Coordenadora-Geral de Educação Midiática da Secretaria de Políticas Digitais)
Marlon Alberto Weichert (Ministério Público Federal)
Priscila Machado Vieira Lima (Pesquisadora UFRJ)
Rafael Zanatta (Data Privacy)
Renato Ribeiro de Almeida (Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político – Abradep)
Roberto Serra (Conselho Nacional de Direitos Humanos)
Yann Evanovick (Coordenador-geral de Políticas para a Juventude do Ministério da Educação)

1.3.5 Observadores externos convidados

Aldo Arantes
Álex Kalil
Ana D'angelo
Clemir Fernandes
Daniel Douek
Ellen Costa
Fabiane Tejada
Fernanda Marins
Gabriel Mizrahi
Isabela Mena
Isis Taboas
Janaina Penalva
Januária Alves
Juliana Bueno
Leonardo David Quintiliano
Luiz Campião
Marina Frid
Priscila Petra
Sérgio Inácio do Nascimento
Silvia Souza
Simony dos Anjos
Vladimir Safatle

2

COMO DEFINIR O DISCURSO DE ÓDIO E O EXTREMISMO

O Grupo de Trabalho realizou pesquisa e debate sobre o conceito de ódio e suas relações com as elaborações já existentes em diversas áreas de conhecimento, como humanidades, ciências sociais e ciência dos dados.

Há esforços de definição por parte de pesquisadores e pesquisadoras, organizações e organismos internacionais para conceituar o que é discurso de ódio, e o GT organizou seus trabalhos tendo as seguintes definições como um ponto de referência:

Qualquer tipo de comunicação falada ou escrita ou comportamento que ataque ou use linguagem pejorativa ou discriminatória com referência a uma pessoa ou grupo com base em quem eles são, em outras palavras, com base em sua religião, etnia, nacionalidade, raça, cor, descendência, gênero ou outro fator de identidade”¹³ - Organização das Nações Unidas (ONU).

Discursos de ódio são manifestações que avaliam negativamente um grupo vulnerável ou um indivíduo enquanto membro de um grupo vulnerável, a fim de estabelecerem que ele é menos digno de direitos, oportunidades ou recursos do que outros grupos ou indivíduos membros de outros grupos, e, conseqüentemente, legitimar a prática de discriminação ou violência. Aquele que profere o discurso de ódio é aqui denominado o orador, aqueles a quem o discurso se dirige são a audiência e aqueles que são negativamente avaliados pelo discurso de ódio são o alvo. O grupo vulnerável é aquele que está mais propenso a sofrer violência ou discriminação em

¹³ No original em inglês: “Any kind of communication in speech, writing or behaviour, that attacks or uses pejorative or discriminatory language with reference to a person or a group on the basis of who they are, in other words, based on their religion, ethnicity, nationality, race, colour, descent, gender or other identity factor”. United Nations Strategy and Plan of Action on Hate Speech. Disponível para consulta em: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **UN Strategy and Plan of Action on Hate Speech.** Disponível em: https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/advising-and-mobilizing/Action_plan_on_hate_speech_EN.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023

comparação com outros grupos sociais”¹⁴ - Fundação Getulio Vargas (FGV); Confederação Israelita do Brasil (CONIB).

As disputas sobre a definição de discurso de ódio construídas no debate internacional transitam entre diferentes conceitos, como os de democracia, de paz, de extremismo político, de liberdade de expressão, de estar livre de violência ou de discriminação. O Grupo de Trabalho considera que a Constituição Brasileira é explícita sobre a proteção ao direito à vida, à dignidade da pessoa humana, à liberdade e igualdade de toda sorte entre as pessoas. Isso significa uma afirmação positiva de proteção e promoção da vida em comum e livre do ódio e da violência extremista, não havendo razoabilidade democrática para a falsa tese do ódio como "liberdade de expressão".

Por meio do Plano de Ação de *Rabat* (2012), peritos do Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos (ACNUDH) orientam os Estados nacionais a observarem o Artigo 20 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP), que estabelece que “Todo o apelo ao ódio nacional, racial e religioso que constitua uma incitação à discriminação, à hostilidade ou à violência deve ser interdito pela lei”, e realizarem avaliação sobre seu cumprimento, a partir da análise dos seguintes parâmetros:

- a. Contexto: a situação social e política de discriminação, hostilidade e violência contra grupos;
- b. Quem fala: o status e poder de quem fala, autoridades e lideranças;
- c. Intenção: o incitamento e defesa dos conteúdos do discurso são intencionais;
- d. Conteúdo e forma: grau de provocação, estilo, natureza de argumentos, e formato;
- e. Extensão do ato de fala: avaliação sobre o alcance do discurso, sua natureza pública, sua magnitude, tamanho do seu público, meios de divulgação; e
- f. Probabilidade e iminência: risco de dano, incitamento e grau de perigo.

Outro marco importante de referência para o GT é o trabalho “Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura” (Unesco) no campo do enfrentamento ao discurso de ódio, pela via da educação e da alfabetização

¹⁴ FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS – FGV; CONFEDERAÇÃO ISRAELITA DO BRASIL – CONIB. **Guia para análise de discurso de ódio**. Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação (CEPI). São Paulo, 2020. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/28626/Guia%20de%20An%C3%A1lise%20de%20Discurso%20de%20C3%93dio.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 jun. 2023.

mediática e informacional e da promoção de padrões internacionais sobre liberdade de expressão. Este trabalho busca abordar as causas do discurso de ódio e apoiar países na implementação de respostas eficazes, na capacitação de reguladores e operadores do Direito e na defesa do aprimoramento da transparência e dos mecanismos de controle e autorregulação das plataformas digitais e empresas que atuam no espaço virtual (internet).

Em 2015, foi lançada a publicação *Countering Online Hate Speech*¹⁵ [Combatendo o discurso de ódio *online*] por meio do qual é apresentada a visão global da dinâmica que caracteriza o discurso de ódio *online* e algumas das medidas que têm sido adotadas para combatê-lo e mitigá-lo, com destaque para boas práticas. Enquanto o estudo oferece uma análise abrangente de documentos internacionais, regionais e nacionais desenvolvidas para abordar o discurso de ódio *online* e suas repercussões para a liberdade de expressão, coloca-se particular ênfase em mecanismos sociais e não regulatórios que possam ajudar a enfrentar a produção, disseminação e impacto de mensagens de ódio *online*.

Pelas contribuições discutidas pelo Grupo de Trabalho, destaca-se que o ódio é uma estratégia de poder que move sentimentos e práticas negativas, como o estigma, a discriminação o preconceito, a segregação, o medo individual e compartilhado, entre outras efeitos danosos à vida em comum e à democracia.

Se pensarmos o ódio associado ao discurso e às práticas, aproximando-se da noção de discurso de ódio, as discussões realizadas pelo GT trataram sobre o uso público da linguagem orientado aos crimes da palavra (difamação, injúria e calúnia), estigmas, preconceitos, discriminações e intolerâncias. O discurso de ódio assenta-se no uso coletivo da linguagem para salientar repetidamente códigos de comoção e gramáticas de pertencimento e segregação, incitando uma ação coletiva que propaga, escala e intensifica a repetição e o contágio e, conseqüentemente, o risco e dano contra pessoas, comunidades ou populações.

A recorrência e a progressão desses usos coletivos de linguagem e práticas têm como efeito a crueldade, humilhação ou desrespeito de quem são as vítimas desses discursos. É nessa situação de propagação dos discursos de ódio que se estabelece a desumanização da vítima, e passa-se legitimamente a apontar o quão as vítimas são abjetas, perigosas e precisam ser eliminadas. Perde-se também a autoria de quem produz os discursos de ódio, pela ação coletiva de contágio, disseminação e escala, facilitando a desresponsabilização da origem com os efeitos danosos às vítimas.

¹⁵ UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION – UNESCO. **Countering Online Hate Speech**. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2015. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233231>. Acesso em: 28 jun. 2023.

O discurso de ódio opera pelas tecnologias de ódio, que além de simbólicas e amplificadas em ambientes tóxicos virtuais, configuram fisicamente atos e práticas, causando efeitos de violência e violação por meio de determinadas instrumentalizações. O GT discutiu sobre a instrumentalização pelos modelos de negócios das plataformas digitais, discussão que será retomada adiante, bem como sobre a instrumentalização por estratégias políticas que objetivam promover ideais antidemocráticos, excludentes e segregadores. Nessa última operação, o discurso de ódio ganha sua dimensão de estratégia de poder, servindo para pôr em marcha projetos de controle e hegemonia políticos, com efeitos de abjeção, julgamento discriminação, apartação ou, brutalmente, de extermínio.

As tecnologias do ódio operam com força pelas mídias digitais, ligando o ódio à desinformação, a intencionalidade da criação de notícias fraudulentas e enganosas (popularmente denominadas de *fake news*) para obtenção de vantagens econômicas e políticas, podendo ser constatada uma instrumentalização específica do ódio como modelo de negócio e monetização. Operadas a nível transnacional, essas tecnologias do ódio configuram, nos dias atuais, a existência de uma midiosfera extremista que atua sob a forma de guerra ativa. A criação de mensagens de ódio segmentadas para a população, de forma sistemática e constante, intenciona mobilizar certos medos e ressentimentos, assentando-se na própria ação orgânica dos seguidores para fomentar as comunidades de ódio.

As tecnologias mais contemporâneas do ódio sustentam-se na história de violência, de extermínios, de esquecimento deliberado, do extrativismo predador e no desprezo continuado das vítimas, fenômenos que marcam a formação histórica brasileira. Assim sendo, as vítimas do discurso do ódio e do extremismo são também pessoas e comunidades já atravessadas por sistemas de opressão e desigualdades da sociedade brasileira, como o patriarcado, a misoginia, a LGBTQIfobia, o racismo, o capacitismo, o idadismo, entre outras formas de atravessamento interseccional das discriminações e opressões. Por meio dessas tecnologias que particularizam-se no contexto brasileiro, abre-se espaço para manifestações de supremacismo, ou seja, a crença na superioridade de determinados grupos em relação a outros. Entre as diferentes formas de supremacismo, incluem-se: supremacismo racial, de gênero, religioso, cultural e de regionalidade/nacionalidade, entre outros.

A Comissão de Direitos Humanos da ONU, em Relatório de 2016, entende o “extremismo violento” como porta de entrada para atos terroristas propriamente ditos. É considerado uma ameaça central ao exercício pleno dos direitos humanos, como a livre expressão do pensamento e da consciência, na medida em que propõe a eliminação de pessoas ou comunidades segundo dimensões como raça, gênero, etnicidade etc. Para propósitos deste relatório, atos de violência simbólica e linguística compõem comportamentos extremos,

uma vez que são estes que preparam o terreno para a violência ou extermínio. O extremismo não é definido por um conteúdo (ideológico, religioso, político) específico, mas por uma posição extremista que incita atos discursivos ou violentos.¹⁶

O Grupo de Trabalho propõe, no parágrafo a seguir, uma definição de discurso de ódio visando facilitar seu reconhecimento por operadores de instituições e comunidades do Estado democrático de direito, como estabelecimentos educativos (escolas ou universidades), operadores jurídicos, lideranças políticas e comunidades.

O discurso de ódio envolve a progressão, intensificação ou sobreposição de violações que partem de uma estratégia de poder pela agressividade, hostilidade, opressão, intolerância e abjeção de pessoas ou comunidades e evoluem, no conteúdo e na forma, para um polo de *extremismo discursivo* caracterizado pela desumanização do seu objeto e coletivização de seu destinatário. Nesse sentido, a definição de discurso de ódio compreende o cruzamento entre seis fatores listados a seguir:

- a. *Contexto*. Progressão de sentimentos e emoções atinentes à fala privada e individual, incitando sentimentos sociais hostis, tendentes à desumanização, com encobrimento de autoria;
- b. *Autoria*. Passagem de enunciados com responsabilidade individual localizável para formas coletivas de enunciação, incluindo endosso ou propagação, envolvendo meios editoriais, digitais ou institucionais de divulgação em espaço público;
- c. *Agente*. Uso de posição ou representatividade social, política ou comunitária para expandir o alcance e a amplitude de reverberação do discurso;
- d. *Motivação e efeitos*. Relação criada pelo discurso entre intencionalidade do agente e prejuízo da vítima, em termos de risco, dano ou periculosidade de natureza moral, simbólica ou material;
- e. *Conteúdo e forma*. Grau de ofensa representado pela sobreposição de violações em termos de direitos humanos, interseccionalidade aos

¹⁶ Cf.: C-REX, *Center For Research on Extremism* [Centro para Pesquisa sobre Extremismo] - Universidade de Oslo. Disponível em: <https://www.sv.uio.no/c-rex/english/> ; *International Centre For Counter-Terrorism*. [Centro Internacional para Contra-Terrorismo]. Disponível em: <https://www.icct.nl/>; Acesso em: 28 jun. 2023. CARTER, E. Right-wing extremism/radicalism: reconstructing the concept. *Journal of Political Ideologies*, v. 23, n. 2, p. 157-182, 2018; MUDDE, C. *Populist radical right parties in Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007; WILKINSON, P. Violence and terror and the extreme right. *Terrorism and Political Violence*, v. 7, n. 4, p. 82-93, 1995; BÖTTICHER, A. Towards academic consensus definitions of radicalism and extremism. *Perspectives on Terrorism*, v. 11, n. 4, p. 73-77, 2016.

sistemas de opressão historicamente hegemônicos na sociedade brasileira, histórico de injustiça ou memória social dos grupos de endereçamento, bem como privação de meios de defesa ou direito de resposta; e

- f. *Magnitude*. Convergência entre diferentes tipos de vulnerabilidades sociais, historicamente definidas, acumuladas pelo objeto do discurso de ódio. Sobreposição entre ofensa dirigida à classe, raça, gênero, orientação sexual, religiosa ou política, faixa etária e outras condições (adota-se o caso do fascismo e neonazismo como referências históricas e modelos de extremismo discursivo).

É necessário visibilizar as manifestações específicas pelas quais o ódio opera e entender quais são os grupos e pessoas vítimas da desumanização e da violência deliberada e intencional.

As diretrizes para assentar políticas públicas e pactos sociais em torno do enfrentamento ao discurso de ódio em toda a sua complexidade partem de consensos existentes em torno da criação de uma cultura de paz, no escopo dos direitos humanos, da noção de convivialidade democrática e da necessidade reparação por desigualdades históricas, como indicativos de uma ética da coexistência entre as pessoas e comunidades e de uma pedagogia da humanização.

Nas próximas seções do relatório, o GT identifica como o ódio tem se manifestado nas relações sociais no Brasil e indica recomendações para enfrentar o problema.

3

AS PRINCIPAIS MANIFESTAÇÕES DO ÓDIO E DE EXTREMISMO A SEREM ENFRENTADAS

Para enfrentar os discursos de ódio e atos extremistas, o GT diagnosticou como os discursos e os crimes de ódio configuram-se na realidade brasileira, identificando as dimensões em que se manifestam, por quais tecnologias operam e como promovem o contágio e mobilizam os sentimentos, os indivíduos e as comunidades de ódio.

Considerando que as causas, dinâmicas e consequências do discurso de ódio e do extremismo são complexas e diversificadas, bem como considerando a interseccionalidade dos grupos que comumente são vitimados, o GT optou por listar os principais grupos, instituições e sistemas que estão em situação de vulnerabilidade e sob ataque. A partir deste rol, foram feitas as discussões nas reuniões de trabalho. Consequentemente, será apresentada uma breve síntese remetendo a variadas fontes utilizadas nas reuniões temáticas (livros, artigos científicos, relatórios, reportagens, vídeos etc.) que abordam os subtemas aqui delineados.

O GT reforça a necessidade de estudos sistemáticos que possam construir um grande conjunto de referências para pesquisadores, gestores públicos e membros da sociedade civil em geral. Portanto, as indicações realizadas tem apenas um caráter indicativo e não pode ser tomado como referência exaustiva sobre cada um dos subtemas que serão abordados. Recomenda-se, portanto, que sejam consultadas as referências que estão contidas em cada uma das fontes apresentadas.

O Grupo de Trabalho estruturou as escutas e o presente relatório a partir dos temas apresentados a seguir:

a) Misoginia e violência contra as mulheres. O discurso de ódio contra as mulheres está associado às desigualdades de gênero historicamente observadas no Brasil e no mundo, elemento fundante da opressão dirigida às mulheres, que resulta na disseminação e contágio de práticas e crenças misóginas¹⁷, tratamento violento e indigno às mulheres.¹⁸ Comunidades

¹⁷ D'ÁVILA, Manuela. **E se fosse você?** Sobrevivendo às redes de ódio e fake news. Porto Alegre/ RS: Instituto E se Fosse Você, 2020.

¹⁸ FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e invisível:** a vitimização de Mulheres no Brasil. 4. ed. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>.

masculinistas – como as dos denominados *redpills* – são agentes significativos de disseminação de discursos misóginos dentro e fora do ambiente digital.¹⁹

b) Racismo contra pessoas negras e indígenas. O discurso de ódio de natureza racial decorre da existência do racismo estrutural no Brasil,¹⁴ atinge interseccionalmente a população negra¹⁵ e indígena,¹⁶ correlaciona-se com as ações genocidas contra tais grupos¹⁹ e induz à naturalização das mais diversas formas de violência – físicas e simbólicas – contra pessoas negras e indígenas, perpetradas por agentes de Estado ou ocorridas no âmbito das relações privadas.²⁰

c) Ódio e violência contra a população LGBTQIA+. Persiste no Brasil o ódio, a discriminação,²⁰ o preconceito, a hostilidade e a violência²¹ direcionados a pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, pessoas trans,²² não binárias e demais identificações sexuais e de gênero, ocorrências que se amplificaram com o crescimento das pautas de extrema-direita alçadas a projeto político nacional que elegeram tais pessoas e grupos como inimigos a serem combatidos.²¹

d) Xenofobia e violência contra estrangeiros e nacionais da região Norte e Nordeste. O discurso de ódio xenófobo no Brasil associa-se com o racismo e tem ampla manifestação em relação aos estrangeiros oriundos dos países com migrações mais intensas atualmente²⁴ (Bolívia, Venezuela e Haiti;²⁵ Angola, Nigéria e Senegal),²⁶ tendo se acentuado contra populações racializadas de origem asiática, sobretudo chineses, após a pandemia de covid-19.²⁷ No âmbito interno, pessoas oriundas das regiões Norte e Nordeste são as vítimas desses discursos, em particular com o atravessamento interseccional de classe e de pobreza e dada a história recente de migração

Acesso em: 24 jun. 2023; SARDENBERG, C.; TAVARES, M. (Orgs). **Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento.** Salvador: EDUFBA, 2016. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/q7h4k/pdf/sardenberg-9788523220167.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2023; SABBATINI, L.; CHAGAS, V.; MIGUEL, V. M.; PEREIRA, G. R.; DRAY, S. **Mapa da Violência Política de Gênero em Plataformas Digitais.** Niterói: coLAB/UFF, 2023. 60 p. (Série DDoS Lab); Monitoramento: Instituto AzMina, InternetLab e Núcleo Jornalismo para monitorar a violência política e eleitoral contra candidatas(os) nas redes sociais, durante as eleições de 2022. <https://monitora.org.br>

¹⁹ BRASIL. **Lei nº 13.642, de 3 de abril de 2018.** Altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógeno, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13642.htm. Acesso em: 28 jun. 2023;

²⁰ SANTOS, N.; ALMADA, M. P.; CARREIRO, R.; CERQUEIRA, E. **O racismo não anda só: as dimensões do racismo nas redes.** Salvador: Aláfia Lab, 2023. Disponível: <https://alafialab.org/wp-content/uploads/2023/05/Relatorio-Racismo-nao-anda-so-maio-2023-compactado.pdf>. Acesso: 29 jun. 2023.

²¹ MIGUEL, L. F. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, n. 62, p. e216216, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8667136>. Acesso em: 27 jun. 2023.

interna no país. A xenofobia contra nacionais, inclusive, tem se agravado em períodos eleitorais.²²

e) Ódio e violência contra as pessoas e comunidades pobres. Os diversos discursos de ódio muitas vezes se aglutinam, formando várias camadas de discriminações, sendo comum combinar o discurso de ódio racista ou xenofóbico³⁰ com a “aporofobia” – medo/aversão a pessoas pobres – também denominada de “pobrefobia”.³¹ Os que encontram-se em situação de pobreza extrema são colocados como indesejáveis, elimináveis e responsabilizados pelas condições em que vivem. O ódio e a pobreza no Brasil têm intersecções com outras formas de desigualdade, manifestando-se também nas expressões e condutas discriminatórias contra populações residentes em favelas, pessoas em situação de rua, grupos encarcerados ou mulheres negras e pobres.

f) Intolerância, ódio e violência contra as comunidades e pessoas religiosas e não religiosas. Comumente, a intolerância ocorre por religiões dominantes frente a outras expressões de fé não hegemônicas. No Brasil, isto se dá mais intensamente contra as de matriz africana,²³ mas também atinge religiosidades indígenas, cigana e originárias de imigrantes e convertidos, como muçulmanos (islamofobia)²⁴ e judeus (antisemitismo), bem como pessoas ateias, agnósticas ou sem religião.²⁵ Apesar das iniciativas de

²² GOMES A. *et al.* Embate entre quem defendia e ofendia nordestinos abriu espaços para alegações de fraudes das eleições no Twitter. **Internetlab**, 22 de outubro de 2022. Notícias. Disponível em: <https://internetlab.org.br/pt/noticias/embate-entre-quem-defendia-e-ofendia-nordestinos-abriu-espacos-para-alegacoes-de-fraudes-das-eleicoes-no-twitter/>. Acesso em: 28 jun. 2023; Safernet - Xenofobia, intolerância religiosa e misoginia foram os crimes denunciados à Safernet que mais cresceram nas eleições Disponível em: <https://new.safernet.org.br/content/xenofobia-intolerancia-religiosa-e-misoginia-foram-os-crimes-denunciados-a-safernet-que-mais-cresceram-nas-eleicoes>. Acesso em: 28 jun. 2023.

²³ UNESCO. **II Relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) de 2023**. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384250>. Acesso em: 28 jun. 2023.

²⁴ MARCHIORE, B.; SILVA, G. R. Pesquisadores da USP lançam o primeiro relatório sobre islamofobia no Brasil. **Jornal da USP**, 10 de novembro de 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/pesquisadores-da-usp-lancam-o-primeiro-relatorio-sobre-islamofobia-no-brasil/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

O I Relatório sobre Islamofobia no Brasil é o primeiro relatório na América Latina e o segundo no hemisfério sul sobre o tema. A autoria é do Grupo de Antropologia em Contextos Islâmicos e Árabes (GRACIAS), da Universidade de São Paulo. Ver BARBOSA, F. C. *et al.* **I Relatório de Islamofobia no Brasil**. São Bernardo do Campo: Editora Ambigrama, 2022. Disponível em: https://www.ambigrama.com.br/_files/ugd/ffe057_6fb8d4497c4748f8961c92a546c5b3fc.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

Sobre o uso preconceituoso da expressão “xiita”, ver: Arresala - Xiismo: Radical ou Pacífico? - Prof. Dr. Salem Nasser - Xiismo e Xiita (Pt3), disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q0NU2AugKeM>. Acesso em: 28 jun. 2023; G1 Bahia. Bolsonaro critica 'xiitas ambientais' e diz ter 'profunda repulsa com quem não é brasileiro'. **Portal G1**, 23 de julho de 2019. Bahia. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/07/23/bolsonaro-critica-xiitas-ambientais-e-diz-ter-profunda-repulsao-com-quem-nao-e-brasileiro.ghtml>. Acesso em: 28 jun. 2023.

²⁵ FONSECA, A. B.I.; ADAD, C. J. (Orgs.). **Relatório sobre intolerância e violência religiosa no Brasil (2011-2015)**: resultados preliminares. Brasília: Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos - Secretaria Especial de Direitos Humanos, SDH/PR, 2016, p. 8. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/cnrdr/pdfs/relatorio-de-intolerancia-e-violencia-religiosa-rivir-2015/view>. Acesso em: 24 jun. 2023.

Ver ainda: MARCHIORE, B.; SILVA, G. R. Pesquisadores da USP lançam o primeiro relatório sobre islamofobia no Brasil. **Jornal da USP**, 10 de novembro de 2022. Disponível em:

diversas entidades religiosas,²⁶ o discurso de ódio e a intolerância religiosa contra líderes, práticas, locais e instituições subsiste. Mais recentemente, a instrumentalização política das religiões pela extrema-direita, com deturpação da noção do direito às liberdades religiosa e de expressão,²⁷ tem produzido hostilidades contra pessoas identificadas com os movimentos feministas e LGBTQIA+, e mesmo contra os próprios fiéis de um mesmo grupo religioso, que manifestam opções políticas, opiniões e pensamentos opostos.

g) Capacitismo e violência contra as pessoas com deficiência. Capacitismo é a atitude preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos a um suposto ideal de perfeição e capacidade funcional.²⁸ O discurso de ódio capacitista alimenta a ideologia eugênica (crença que propõe a rejeição de determinados seres humanos considerados inferiores), os estereótipos negativos, a inferiorização e o desprezo em relação a pessoas com deficiência, que nesse contexto são vistas como inúteis, improdutivas e indignas de respeito.²⁹

h) Grupos geracionais mais vulneráveis ao contágio do extremismo: jovens e pessoas idosas. O idadismo (também denominado como “etarismo”) é um modo de discriminação que expressa-se de formas diferentes ao longo dos ciclos da vida, resultando em ódio, violência e intolerância contra grupos mais vulneráveis em função de suas diferentes idades (crianças, jovens e pessoas idosas).³⁰ Jovens periféricos negros, por exemplo, são vítimas de múltiplas violências,³¹ inclusive do discurso de ódio da extrema-direita. Essa vulnerabilidade possui ainda outra face: jovens têm sido atraídos para comunidades de propagação de ódio *online*, inclusive dentro de plataformas

<https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/pesquisadores-da-usp-lancam-o-primeiro-relatorio-sobre-isofobia-no-brasil/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

²⁶ Ver: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - FGV; CONFEDERAÇÃO ISRAELITA DO BRASIL - CONIB. **Guia para análise de Discurso de Ódio**. Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação (CEPI). São Paulo, 2020. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/28626/Guia%20de%20An%C3%A1lise%20de%20Discurso%20de%20C3%93dio.pdf?sequence=1>. Acesso em: 20 jun. 2023.

Ver a iniciativa da Federação das Associações Muçulmanas do Brasil (Fambras) - <https://www.fambras.org.br/encontro-inter-religioso> - juntamente com outras entidades a Assembleia Mundial da Juventude Islâmica (WAMY), Centro de Divulgação do Islam na América Latina (CDIAL) e o Centro Islâmico no Brasil (CIB).

Ver: Comissão Episcopal para o Ecumenismo e o Diálogo Inter-religioso da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB): <https://www.cnbb.org.br/categoria/comissoes/ecumenismo-e-dialogo-inter-religioso/>.

²⁷ Sobre o uso político da expressão “Cristofobia” no contexto contemporâneo e sua apropriação pela extrema-direita, ver: CARRANZA, B. Cristofobia. **Religião e Poder**. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/cristofobia/>. Acesso em: 25 jun. 2023.

²⁸ GESSER, M; BÖCK, G; LOPES, P. H. (Orgs.). **Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social**. Curitiba: CRV, 2020. Disponível em: https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPID/publicacoes/14609_livro-estudos-sobre-deficiencia-2020.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023.

²⁹ DIWAN, P. **Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo**. São Paulo: Contexto. 2007.

DIAS, A. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social. **Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência SEDPCd/Diversitas/USP Legal** – São Paulo, jun./2013. p. 1-14.

³⁰ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório Mundial sobre Idadismo da OMS**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240016866>. Acesso em: 28 jun. 2023.

³¹ PINHEIRO-MACHADO, R; SCALCO, L. M. Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. **Cadernos IHU Ideias**, v. 16, n. 278, 2018.

de jogos eletrônicos (*games*).³² Quanto às pessoas idosas, o letramento digital tardio, aliado à exposição a notícias e informações com conteúdos falsos e que desinformam, são algumas das vulnerabilidades exploradas para a disseminação de discursos de ódio e de crenças e práticas extremistas.³³ Além disso, pessoas idosas são vítimas de diversas violências, sendo hostilizadas, rejeitadas, ignoradas e invisibilizadas a partir de preconceitos que são reproduzidos em discursos idadistas.

i) Atos extremistas contra as escolas, instituições de ensino e docentes e a violência decorrente do discurso de ódio. Os ataques violentos ocorridos em ambientes escolares tiveram início a partir de 2000, chegando a 16 casos, com 35 vítimas fatais e 72 feridos. O relatório “O Extremismo de Direita entre Adolescentes e Jovens no Brasil: ataques às escolas e alternativas para ação governamental” aponta que os ataques violentos às escolas têm relação com a escalada do “extremismo de direita no país e a falta de controle e/ou criminalização desses discursos e práticas, bem como de sua difusão através de meios digitais”³⁴. Além de elementos intraescolares que desencadeiam as condições para a ocorrência deles, como as situações recorrentes de *bullying* e outras violências na escola, situações de exposição prolongada a processos violentos, seja em ambiente familiar ou em redes sociais, também estão associadas à violência contra as escolas. Assim, ganham peso decisivo para a ampliação dos casos de violência contra as escolas no país os elementos extraescolares, como a difusão de grupos extremistas por meio do ódio nos meios digitais, a escalada da cooptação dos jovens por esses grupos, a intimidação aos profissionais da educação, o fomento de uma cultura armamentista e de culto à violência como forma de justiça, e o crescimento de manifestações antissemitas e neonazistas em ambientes escolares.³⁵

j) O ódio e a violência extremista contra instituições e profissionais da imprensa e da ciência. O GT apresenta a síntese a seguir sobre este subtema:

O discurso de ódio existente na atualidade orienta-se também contra as instituições e os profissionais que exercem atividade jornalística e científica.

³² KALIL, I. et al. **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro**. São Paulo: FESPSP, 2018. Disponível em: <https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2023.

³³ Central de Notícias Uninter. Pessoas mais velhas compartilham mais notícias falsas, 7 mar. 2019. Disponível em: <https://www.uninter.com/noticias/pessoas-mais-velhas-compartilham-mais-noticias-falsas>. Acesso em: 28 jun. 2023; GUESS, A.; NAGLER, J.; TUCKER, J. Less than you think: Prevalence and predictors of fake news dissemination on Facebook. **Science Advances**, v. 5, n. 1, p. 1-8, 2019.

³⁴ CARA, D. et al. **O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil: ataques às escolas e alternativas para ação governamental**. São Paulo: S.I., 2022. Disponível em: https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/Relatorio_ExtremismoDeDireitaAtaquesEscolasAlternativaParaAcaoGovernamental_RelatorioTransicao_2022_12_11.pdf. Acesso em: 4 maio 2023.

³⁵ OBSERVATÓRIO JUDAICO DOS DIREITOS HUMANOS DO BRASIL. **Relatório de eventos antissemitas e correlatos no Brasil**, 22 abr. 2023. Disponível em: <https://www.observatoriojudaico.org.br/post/relatorio-de-eventos-antissemitas-e-correlatos-no-brasil-01-07-2022-a-31-12-2022>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Relatórios recentes da “Human Rights Watch”³⁶ e “Repórteres sem Fronteiras”³⁷ apontaram uma escalada de ataques a repórteres e à imprensa nos últimos anos no Brasil pelo então presidente da República Jair Bolsonaro e seus seguidores. Jornalistas mulheres eram alvos preferenciais, recebendo dois terços das mensagens de ódio monitoradas pelo relatório do “Repórteres sem Fronteiras”.

Profissionais da ciência e da imprensa atuam na produção de evidências e narrativas que busquem fazer circular conhecimento fundamental para o funcionamento da democracia e o desenho de políticas públicas. O reconhecimento da importância da ciência e da imprensa para a democracia movimenta a rejeição pelo ódio de pessoas e movimentos extremistas. Uma das formas de operação para a deslegitimação da ciência ou da imprensa é o uso dos “fiadores do ódio”, espaços de notícias e imprensa em que operam para disseminar informações falsas que incitam o contágio para o ódio.

Segundo estudo da “Intervozes”,³⁸ veículos de notícias *online* da região Norte analisados alinham-se a projetos da extrema-direita e “são mais hiperpartidários do que jornalísticos no sentido estrito do termo”, já que disseminam informações que “favorecem certo partido, viés político ou candidato, geralmente disfarçados de ‘notícias’, porém enviesadas”. Os conteúdos com maior engajamento são “desinformação sobre a pandemia, discursos belicosos, anticomunistas, homofóbicos, misóginos e xenofóbicos, exaltação à figura de Jair Bolsonaro e narrativas políticas conspiratórias”. Os discursos de ódio propagados por esses veículos nutrem ideias antidemocráticas e são carregados de ódio étnico, depreciando os povos indígenas, bem como mulheres e a comunidade LGBTQIA+. Nesse contexto, os veículos de notícia acima descritos não consideram os demais como concorrentes ou equivalentes, eles são tratados como inimigos e como se fossem responsáveis por desinformar, gerando hostilidades sobretudo os profissionais do jornalismo que atuam em locais públicos e que realizam apurações.

³⁶ HUMAN RIGHTS WATCH. **Relatório Mundial 2022**: Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2022/country-chapters/brazil>. Acesso em: 28 jun. 2023.

³⁷ REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. **O Jornalismo Frente às Redes de Ódio no Brasil**. Ataques online contra a imprensa nas eleições de 2022. Repórteres Sem Fronteira, 2023. Disponível em: https://rsf.org/sites/default/files/medias/file/2023/04/As%20redes%20de%20odio%20no%20Brasil_PT.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

³⁸ O relatório “Combate à Desinformação e ao Discurso de Ódio na Amazônia Legal”, produzido pela organização Intervozes em conjunto com entidades de pesquisa, movimentos sociais e ativistas, tratou sobre a desinformação socioambiental sobre a Amazônia Legal. Ver TAVARES, V. (Coord.). **Relatório do projeto**: combate à desinformação sobre a Amazônia legal e seus defensores. São Paulo: Intervozes, 2023. Disponível em: <https://intervozes.org.br/publicacoes/relatorio-combate-a-desinformacao-e-ao-discurso-de-odio-na-amazonia-legal/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Os apontamentos acima estão inseridos dentro do contexto em que o processo de desinformação³⁹ combina-se com ataques sistemáticos às instituições de ensino, sobretudo as universidades, e seus membros (docentes e discentes), com predileção recorrente pela hostilidade à universidade pública, muitas vezes utilizando-se de notícias fraudulentas. Tais ataques, ocorridos presencialmente ou por meios digitais, incluem ameaça, uso de violência verbal e física, divulgação de informações pessoais, caluniosas e difamatórias, perseguições, criação de campanhas de ataque, mobilização do aparato policial e Judiciário, dentre outros meios.

Durante o período eleitoral, ataques contra a imprensa intensificaram-se, conforme apurado pelo estudo do “Repórteres sem Fronteiras”.⁴⁰ No período da epidemia da covid-19, o discurso de ódio contra jornalistas e cientistas⁴¹ e suas instituições também tiveram um impulso significativo, porém, tal fenômeno não surgiu durante este período, já sendo perceptível anteriormente.⁴²

k) Violência política, neonazismo e atos extremistas contra a democracia. O GT apresenta a síntese abaixo sobre este subtema:

A ação violenta no campo da política utiliza o discurso de ódio como forma de hostilizar adversários e arregimentar apoiadores, inclusive para promoverem atos extremistas e terroristas contra a democracia. Quando promovidos pelo Estado, tais discursos criam complacência a práticas violentas como torturas, prisões arbitrárias e desaparecimentos.

O fortalecimento do neonazismo é uma das faces do discurso do ódio presente na atualidade. Existem contínuas e crescentes denúncias de conteúdos nazistas na internet registradas pela Safernet⁴³ e o relatório do “Observatório Judaico dos Direitos Humanos no Brasil”.⁴⁴ Além disso, o fenômeno foi denunciado exhaustivamente pela antropóloga Adriana Abreu Magalhães Dias, que durante quinze anos de pesquisa em sites, blogs, fóruns

³⁹ Ver: METEORO BRASIL. **Tudo o que você desaprendeu para virar um idiota**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

⁴⁰ KALIL, I. *et al.* **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro**. São Paulo: FESPSP, 2018. Disponível em:

<https://www.fesp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2023.

⁴¹ Ver VERGANI, M. *et al.* Hate Speech in a Telegram Conspiracy Channel During the First Year of the COVID-19 Pandemic. **Social Media + Society**, out.-dez., p. 1-14, 2022.

⁴² Sobre o processo de negacionismo e desinformação na pandemia: VIEIRA, João Carlos; CALDAS JUNIOR, A. L. **Memórias da pandemia**: a história da Covid-19 em Botucatu (e no mundo). São Paulo: edição dos autores, 2023.

⁴³ SAFERNET BRASIL. **Xenofobia, intolerância religiosa e misoginia foram os crimes denunciados à Safernet que mais cresceram nas eleições**, 2022. Disponível em: <https://new.safernet.org.br/content/xenofobia-intolerancia-religiosa-e-misoginia-foram-os-crimes-denunciados-a-safernet-que-mais-cresceram-nas-eleicoes>. Acesso em: 28 jun. 2023.

⁴⁴ OBSERVATÓRIO JUDAICO DOS DIREITOS HUMANOS DO BRASIL. **Relatório de eventos antissemitas e correlatos no Brasil**, 22 abr. 2023. Disponível em: <https://www.observatoriojudaico.org.br/post/relatorio-de-eventos-antissemitas-e-correlatos-no-brasil-01-07-2022-a-31-12-2022>. Acesso em: 28 jun. 2023.

e comunidades neonazistas na internet e em documentos físicos, buscou descrever como os extremistas de direita agem e cultivam o ódio no Brasil e no mundo.⁴⁵ A pesquisadora identificou que os movimentos de extrema-direita e neonazistas tornaram-se cada vez mais expressivos a partir do discurso sobre “a ameaça de genocídio branco”. Esses movimentos defendem que todos os indivíduos e grupos que estão ameaçando as posições de privilégio das pessoas brancas devem ser exterminados. Assim, os discursos e crimes de ódio passam a ser direcionados e mobilizados contra pessoas negras, imigrantes, povos originários e indígenas, mulheres, comunidades de fé, população LGBTQIA+, pessoas com deficiência, entre outros grupos. É por meio dessa justaposição de discriminações que as práticas neonazistas e fascistas operam por estratégias de poder que movimentam emoções e contágios, engendrando comunidades entre pessoas que odeiam e estabelecendo vínculos com outras que compactuam dessa postura. Seja nos ambientes escolares, como nos ambientes virtuais, há espaços sociais construídos para a possibilidade de odiar o outro, odiar o diferente, nas quais compartilha-se uma linguagem e uma gramática que procura tornar legítimo o “falar sobre odiar” e a construção de representação política a partir desses discursos.

Os utilizadores do discurso de ódio dominaram os meios digitais e têm conseguido mobilizar sentimentos em torno de suas pautas por meio de diversas estratégias, dentre as quais o GT destaca quatro: *i*) criação de conteúdos por *superspreaders*⁴⁶ que despertam sentimento de abjeção e ódio na audiência, considerando que esta é uma resposta que gera maior engajamento em redes sociais;⁴⁷ *ii*) utilização do sarcasmo humilhante e do deboche para propagar estigmas, estereótipos e discriminações;⁴⁸ *iii*) criação de notícias fraudulentas (*fake news*), que são idealizadas com propósitos específicos e por agentes conscientes da falsidade da informação; e *iv*) postagem de conteúdos voltados para gerar contágio de emoções negativas, com potencial de iniciar tempestades de indignação (*shitstorm*) contra um alvo.

⁴⁵ DIAS, A. **Observando o ódio**: entre uma etnografia do neonazismo e a biografia de David Lane. 2018. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2018. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1634640>. Acesso em: 28 jun. 2023.

⁴⁶ “Superdisseminadores”, “superespalhadores” ou “supercontaminadores”, numa tradução livre.

⁴⁷ Sobre o tema, ver: WODINSKY, S. Posts de raiva são os que mais geram cliques e engajamento nas redes sociais. **Gizmodo BR**, 25 jun. 2021. Disponível em: <https://gizmodo.uol.com.br/estudo-posts-raiva-geram-mais-engajamento-cliques/>. Acesso em: 28 jun. 2023;

RATHJE, S.; VAN BAVEL, J. J.; VAN DER LINDEN, S. Out-group animosity drives engagement on social media. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 118, n. 26, p. e2024292118, 23 jun. 2021; FAN, R. *et al.* Anger Is More Influential than Joy: Sentiment Correlation in Weibo. **PLoS ONE**, v. 9, n. 10, p. e110184, 15 out. 2014; MERRILL, J. B.; OREMUS, W. Five points for anger, one for a ‘like’: How Facebook’s formula fostered rage and misinformation. **The Washington Post**, 26 out. 2021. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/technology/2021/10/26/facebook-angry-emoji-algorithm/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

⁴⁸ Sobre o tema, ver FISHER, M. **A máquina do caos**: Como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo. São Paulo: Todavia, 2023.



Em períodos eleitorais, aumentam as denúncias relacionadas a discurso de ódio na internet, especialmente nas redes sociais,⁴⁹ pois há: *i*) utilização do discurso de ódio como meio eficaz para crescimento de capital político; *ii*) complacência das plataformas digitais com grupos que se valem do discurso de ódio, da violência política e estimulam atos extremistas contra a democracia; *iii*) ineficácia do Poder Judiciário e, sobretudo, da Justiça Eleitoral, em coibir o uso da violência política e do discurso de ódio.

⁴⁹ SAFERNET BRASIL. **Xenofobia, intolerância religiosa e misoginia foram os crimes denunciados à Safernet que mais cresceram nas eleições**, 2022. Disponível para consulta em: <https://new.safernet.org.br/content/xenofobia-intolerancia-religiosa-e-misoginia-foram-os-crimes-denunciados-a-safernet-que-mais-cresceram-nas-eleicoes>. Acesso em: 28 jun. 2023.

4

ESTRATÉGIAS E RECOMENDAÇÕES

Neste capítulo, o GT apresenta estratégias e recomendações para o enfrentamento ao discurso de ódio e ao extremismo a partir dos temas organizados nos seguintes subcapítulos: Educação e Cultura em Direitos Humanos; a escola e a universidade promotoras da paz e da convivência democrática; Internet segura, Educação Midiática e Comunicação Popular e Comunitária; proteção às vítimas dos discursos de ódio; dados e pesquisas para subsidiar as ações e as políticas públicas; e boas práticas para jornalistas e comunicadores para enfrentar o discurso de ódio.

Parte das recomendações relacionadas ao enfrentamento ao discurso de ódio religioso decorre da contribuição apresentada por um conjunto de entidades,⁵⁰ por meio de carta recebida pela relatoria em junho de 2023, que somou-se àquilo que foi produzido internamente pelo GT.

As estratégias e recomendações podem e devem ser aperfeiçoadas pelas instituições competentes e responsáveis por cada uma delas. O Grupo de Trabalho entende ser necessário inseri-las em um planejamento estratégico que envolva elaboração de objetivos, definição de metas, construção de indicadores, criação de planos de ação e realização de controles e de avaliação de resultados.

⁵⁰ Associação Brasileira para Pesquisa e História das Religiões (ABHR); Associação de Docentes de Ensino Religioso e Ciências da Religião de Minas (ADPERMG); Associação de Professores de Ensino Religioso do Amapá (APERAP); Associação dos Docentes da UFPB (ADULFPB); Associação dos Professores de Ensino Religioso de Santa Catarina (ASPERSC); Associação Inter-religiosa de Educação do Paraná (ASSINTEC); Associação Nacional de Pós-Graduação em Teologia e Ciências da Religião (ANPTECRE); Cátedra UNESCO/Unicap de Direitos Humanos Dom Helder Camara; Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba (CE/UFPB); Conselho Indigenista Missionário (CIMI); Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (CONIC); Cursos de Licenciatura e Bacharelado de Ciências das Religiões da UFPB; Curso de Licenciatura em Ciências da Religião da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó); Departamento de Ciências da Religião da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte; (DCR/UERN); Departamento de Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Encontro da Nova Consciência; Fórum Nacional das Associações Científicas de Ciências da Religião, Teologia e Ensino; Religioso (FACRETER); Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso (FONAPER); Grupo de Estudo e Pesquisa em Extensão, Etnias e Economia Solidárias (GEPeeeS/UFPB); Grupo de Pesquisa Ethos, Alteridade e Desenvolvimento (GPEAD/PPGDR/FURB); Grupo de Pesquisa Videlicet (UFPB); Grupo de Pesquisa Sulear: Educação Intercultural e Pedagogias Decoloniais na América Latina (Unochapecó); Iniciativa das Religiões Unidas (URI); Núcleo de Ciências da Religião da Universidade Federal de Sergipe (NGCR/UFS); Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania da UFPB; Observatório Transdisciplinar das Religiões no Recife; Otros Cruces/Brasil; Programação de Pós-graduação em Ciências das Religiões da UFPB; Rede Latino-Americana de Diálogos Decoloniais e Interculturais (REDYALA); Rede Nacional da Diversidade Religiosa (RENADIR); Rede Nacional das Licenciaturas de Ensino Religioso (RELER); Sociedade de Teologia e Ciências da Religião (SOTER).

A fim de garantir a implantação e o monitoramento das recomendações a seguir apresentadas, indica-se a necessidade de que **o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania crie por meio de uma portaria específica o “Fórum Permanente de Enfrentamento ao Discurso de Ódio e ao Extremismo”**, dotado de caráter intersetorial e interministerial. Dentre as atribuições sugeridas ao Fórum, elencamos: *i)* participar do processo de concepção, implementação e avaliação da política nacional e internacional de enfrentamento ao discurso de ódio e ao extremismo; *ii)* acompanhar, junto ao Congresso Nacional, a tramitação de projetos legislativos referentes ao tema do fórum; *iii)* oferecer suporte técnico aos estados, municípios e Distrito Federal para a organização de seus fóruns e conferências; *iv)* articular o estabelecimento de parcerias entre universidades brasileiras e internacionais, juntamente com órgãos de Estado e sociedade civil para o compartilhamento de informações e pesquisas em conjunto sobre o tema do fórum; e *v)* estimular a participação social no desenvolvimento de políticas nacionais, de projetos e de ações.

A sugestão do GT é a de que o “Fórum Permanente de Enfrentamento ao Discurso de Ódio e ao Extremismo” tenha como agenda prioritária a busca por uma definição conceitual e jurídica das categorias “discurso de ódio”, “ódio” e “extremismo” de forma a reconhecer a interseccionalidade com os sistemas de opressão no Brasil, a ser adotada pelo governo brasileiro.

Ainda como parte desta agenda prioritária, **o GT recomenda que o “Fórum Permanente de Enfrentamento ao Discurso de Ódio e ao Extremismo” possa contribuir para a revisão do Plano Nacional de Direitos Humanos em sua quarta versão (PNDH-4)** a fim de contemplar as questões enfrentadas pelo GT ao sugerir que o governo brasileiro adote o enfrentamento e a prevenção ao ódio e ao extremismo como parte de um política de Estado na área de direitos humanos e de forma transversal entre diferentes ministérios e áreas governamentais.

Recomendamos, nesse sentido, que o Governo Federal continue direcionando esforços para ratificar e implementar a “Convenção Interamericana contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância”, até o momento não ratificada pelo Brasil. A Convenção estabelece que os Estados devem se comprometer a prevenir, eliminar, proibir e punir, de acordo com suas normas constitucionais e com as disposições da referida Convenção, todos os atos e manifestações de discriminação e intolerância, inclusive o apoio público ou privado a atividades discriminatórias ou que promovam a intolerância, incluindo seu financiamento, bem como a publicação, circulação ou difusão, por qualquer forma e/ou meio de comunicação, inclusive a internet, de qualquer material que defenda, promova ou incite o ódio, a discriminação e a intolerância. Além disso, prevê que os Estados devem se comprometer a realizar pesquisas sobre a natureza, as causas e as manifestações de discriminação ou intolerância nos respectivos países, em âmbito local,

regional e nacional, bem como coletar, compilar e divulgar dados sobre a situação de grupos ou pessoas que sejam vítimas de discriminação e intolerância.

Para enfrentar o idadismo, a fim de que sejam desenvolvidas ações contra o preconceito e discriminação das pessoas idosas, **os membros do GT recomendam que o Governo Federal continue direcionando esforços junto ao Congresso Nacional para a ratificação da “Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos”**, marco regional que reforça o compromisso democrático do Brasil e a institucionalização de espaços para promoção e defesa dos direitos da pessoa idosa a partir da criação do Comitê de Peritos, composto por representantes de cada Estado-parte e estabelecimento de sistema de petições individuais, previstos na referida Convenção.

Já os esforços no contexto do Mercado Comum do Sul (Mercosul) orientam-se para a participação ativa no Grupo de Trabalho, que tem por objetivo dar continuidade ao tratamento do tema no âmbito da região, com o apoio do Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos (IPPDH). Em maio de 2023, durante a XLI Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Estados Associados (RAADH) foi discutida e aprovada a Declaração por uma Cultura de Paz e Democrática para contrapor as Expressões e Discursos de Ódio. Na Declaração, as Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Estados Associados condenam expressões negativas e discriminatórias nas mídias e redes sociais que prejudicam intencionalmente pessoas e grupos vulneráveis e historicamente discriminados, incluindo em razão de opinião política, e contribuem para sua estigmatização. A Declaração também repudia o racismo, a xenofobia e todas as formas de opressão baseadas na disseminação de discursos de ódio. O instrumento estimula a pesquisa sobre as causas profundas do discurso de ódio e a promoção de medidas preventivas para enfrentar a discriminação e de ações concretas para evitar a propagação do discurso de ódio contra pessoas em situação de vulnerabilidade para fortalecer as políticas públicas e impedir que o fenômeno aprofunde as desigualdades existentes.

4.1 Educação e Cultura em Direitos Humanos

O Grupo de Trabalho dialogou sobre a concepção de Educação em Direitos Humanos (EDH) presente nos documentos orientadores existentes como, por exemplo, as “Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos”. Nelas, a **EDH pode ser entendida como o “uso de concepções e práticas educativas fundadas nos direitos humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos**

de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas”.⁵¹ Como pontuado no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), a EDH como processo sistemático e multidimensional configura-se pelas seguintes dimensões:

- a. Apreensão de conceitos historicamente construídos sobre direitos humanos e sua relação com os contextos internacional, nacional e local;
- b. Afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade;
- c. Formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, ético e político;
- d. Desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando materiais didáticos contextualizados; e
- e. Fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das violações.

Nesse tema, o GT recebeu contribuições dos gestores dos ministérios da Educação e dos Direitos Humanos e da Cidadania – que têm por responsabilidade planejar e executar as políticas e programas em torno da Educação em Direitos Humanos (EDH) –, bem como de representantes das organizações da sociedade civil que atuam na área. Se, por um lado, **valoriza-se a necessidade de reconhecer as ações de fortalecimento institucional da EDH realizadas em anos anteriores**, com a criação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2003 e 2006),⁵² do Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3 (2009),⁵³ das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (2012),⁵⁴ do Programa Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos - PNEC-DH (2018)⁵⁵ e de alguns planos estaduais e municipais de EDH; por outro, **há certo entendimento de que os**

⁵¹ BRASIL. Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012**. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: MEC, 2012.

⁵² BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação; Ministério da Justiça; Unesco, 2007.

⁵³ SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: SEDH-PR, 2009. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/NHRA/Brazil2009_portuguese.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

⁵⁴ BRASIL. Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012**. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: MEC, 2012.

⁵⁵ BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Programa Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos - PNEC-DH**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/programa-nacional-de-educacao-continuada-em-direitos-humanos>. Acesso em: 28 jun. 2023.

processos de desdemocratização e de radicalização política, intensificados nos últimos anos no país, pressionam para um trabalho de atualização da teoria e das práticas em EDH.

A ofensiva extremista ao campo dos direitos humanos, observada internacionalmente, além de atacar os direitos de diversos grupos sociais e utilizar a discriminação e a violência como forma de ação política, coloca em xeque o próprio termo “direitos humanos” e o seu significado. Ela propõe, no lugar desse termo, uma concepção que segrega a sociedade entre os que merecem e os que não merecem direitos, portanto, afasta-se da ideia de que a condição humana seria suficiente para que alguém tenha seus direitos reconhecidos. Assim, negam às pessoas a possibilidade de compreender o propósito dos direitos humanos e porque eles são importantes para a sociedade como um todo. Se o campo dos direitos humanos vem enfrentando de forma tão veemente os desdobramentos das desigualdades do país – a pobreza, a fome, o racismo estrutural, o extermínio indígena, a misoginia, a LGBTQ+fobia, entre outros – em busca da garantia da dignidade e integridade das pessoas, agora vê-se também chamado a pensar como enfrentar as pautas de uma agenda antidemocrática que mobiliza uma ressignificação de direitos enquanto privilégios, justificando assim todo tipo de manifestação de ódio e extremismo com vistas à radicalização política e à disputa de subjetividades.

Na publicação intitulada Panorama da Educação em Direitos Humanos no Brasil, de 2022, produzido pelo Instituto Aurora, pode-se constatar que a EDH foi desmantelada institucionalmente, bem como teve as suas ações descontinuadas nos últimos anos, tanto em nível federal quanto nos estados, sendo observadas **uma baixa e média institucionalização do tema nas unidades federativas e programas com foco em conhecimento sobre direitos humanos**, pouco contemplando as dimensões da educação para e com direitos humanos. Nessa publicação algumas evidências podem ser destacadas:

[...] a EDH está bastante voltada para a desmistificação e o conhecimento sobre o que vem a ser os direitos humanos, com a intenção de ampliar o respeito à diversidade;

[...]

[...] foi mencionada a dificuldade de implementação de políticas de Educação em Direitos Humanos, principalmente, porque há assuntos que quando são tratados nas escolas ou são propostos por meio de políticas públicas, encontram grande resistência por parte da população e/ou dos políticos;

[...]

Apesar de existirem documentos nacionais que apresentam o conceito e formas de educar em direitos humanos, houve

bastante relutância por parte dos entrevistados e entrevistadas para fazer a conceituação [sobre o que é EDH];

[...]

As mudanças de governo e a pessoalização - quando a política depende de uma determinada pessoa - da pauta de EDH, parecem ser muito mais relevantes para a existência de práticas de EDH nos estados do que a presença de documentos orientadores e órgãos colegiados.⁵⁶

O Grupo de Trabalho debateu a proposta de atuação apresentada pela Assessoria Especial de Educação e Cultura em Direitos Humanos do MDHC para o enfrentamento ao discurso de ódio e ao extremismo.

A proposta constituiu-se por três elementos: *i*) definição de um **protocolo de prevenção e reação ao discurso de ódio e ao extremismo** e respectiva metodologia de criação e implementação; *ii*) formação ampla e gratuita sobre o tema e a metodologia para a elaboração e aplicação do protocolo para docentes, gestores e comunidade; e *iii*) instalação de **Pacto Nacional de enfrentamento ao discurso de ódio e ao extremismo** para formação ampliada, com mobilização de rede com alcance local e troca de informações. Nesse esforço, há risco da mobilização por parte de quem promove a agenda da extrema-direita para influência no processo de construção dos protocolos contrários às diversidades e à realização da educação com e por meio dos direitos humanos. Assim, a construção de gramática comum e a mobilização de atores locais torna-se ferramenta essencial para a implementação da proposta.

Reconhecendo que a EDH objetiva a promoção de uma cultura difusa de respeito aos direitos humanos, especialmente numa conjuntura de fragmentação política em que as próprias bases do sistema internacional de direitos humanos vêm sendo disputadas, **o Grupo de Trabalho entende que ampliar o escopo do campo para falar em Educação e Cultura em Direitos Humanos (ECDH) pode favorecer novas iniciativas para além dos espaços formais de educação**. Estende-se assim a responsabilidade pela promoção dos direitos humanos para grupos e organizações da sociedade civil, como àquelas ligadas à cultura e às artes, bem como para os setores de *compliance*, diversidade e inclusão das empresas para que também promovam práticas de ECDH. Além disso, esse novo escopo pode contemplar as rápidas mudanças na esfera pública ocorridas na última década, pelas quais as novas mídias passam a ocupar uma influência cada vez maior na visão de mundo e

⁵⁶ROCHA, A. C. G. P.; SILVEIRA, A. B. **Panorama da Educação em Direitos Humanos no Brasil: órgãos, políticas e ações**. Curitiba: Instituto Aurora, 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/11Yh7M-WDKp9GKoHEy3-A5StqaApdTKlx/view>. Acesso em: 28 jun. 2023.

posicionamento sobre temas de interesse público por parte da população brasileira.⁵⁷

Recomendações em destaque

i) Mobilizar um **Pacto Nacional de Enfrentamento ao Discurso de Ódio e ao Extremismo**, com protocolo de prevenção e reação ao ódio e às práticas extremistas e definição de uma modelo de governança, considerando a capacidade operacional das instituições envolvidas, o pacto federativo, a expectativa de prazo para a implementação e os resultados esperados. Para isso, é necessário estabelecer definições conceituais e jurídicas sobre as categorias “discurso de ódio”, “ódio” e “extremismo” a ser adotada pelo governo brasileiro a partir dos diferentes marcos conceituais e legais já adotados internacionalmente.

ii) Promover a **formação ampla, pública e gratuita para o tema**, com urgência para: a produção de materiais; criação de programas de formação específicos para profissionais da educação e estudantes; fortalecimento de redes de apoio aos educadores e educadoras que enfrentam situações de sociabilidades violentas;

iii) **Revisar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH)**, a fim de incluir o enfrentamento às manifestações emergentes de ódio e extremismo em documentos orientadores da política pública de ECDH e o impacto dos ambientes virtuais tóxicos na dimensão contemporânea desta problemática. Há necessidade de maior discussão sobre as interfaces entre o PNEDH, as proposições previstas para o plano nacional de cidadania digital e as ações de Educação Midiática a serem desenvolvidas, inclusive em articulações interministeriais;

iv) Estabelecer e consolidar a **Educação e Cultura em Direitos Humanos como política de Estado, definindo mecanismos para a continuidade e institucionalização** das políticas, programas e instâncias participativas. Nesse sentido, o GT destaca as seguintes ações: retomada do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH); retomada do Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa para assessorar os órgãos do governo na criação de políticas públicas para o enfrentamento ao fundamentalismo, intolerância, racismo e ódio de perspectiva religiosa; criação de mecanismos de monitoramento, avaliação e transparência da política pública; padronização

⁵⁷ Com vistas à articulação, ao Grupo de Trabalho também foram apresentadas ao GT iniciativas reconhecidas de EDH executadas por organizações da sociedade civil: o projeto Respeitar é Preciso, do Instituto Vladimir Herzog, voltado ao Ensino Fundamental; o projeto Cidadania e Democracia desde a Escola do Instituto *Auschwitz* para a Prevenção de Genocídio e Atrocidades Massivas (AIPG), orientado para o Ensino Fundamental e Médio; as metodologias para mediação de conflitos, do Juspopuli Escritório Popular de Direitos Humanos; o projeto Mulheres Inspiradoras, da professora Gina Vieira e da formação integrada dos temas do ódio e da desinformação ao Ensino Técnico Médio, desenvolvido no Campus Avançado Hidrolândia do Instituto Federal goiano.

e normatização para todo o país do que está previsto nos documentos orientadores da política pública de EDH e ampliação do Programa Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos (PNEC-DH); adequar currículos escolares e universitários para abordagem crítica e transversal de temas relacionados ao discurso de ódio com especial atenção para o tema do racismo, misoginia, Lgbtqia+fobia, xenofobia, capacitismo, intolerância religiosa, idadismo, além da educação midiática.

v) **Fomentar ação multisetorial para a Educação e Cultura em Direitos Humanos**, apoiando iniciativas de empresas e direitos humanos, o fomento a linhas de pesquisas em programas de pós-graduação em direitos humanos, realização de campanha ampla de comunicação, em parceria com a Secretaria de Comunicação da Presidência da República, para divulgação de gramática comum sobre o tema;

vi) **Retomar e fortalecer parcerias com a sociedade civil**, que têm projetos de educação e cultura em direitos humanos em execução e experiências exitosas, é de fundamental importância para sustentar a ação de governo para o enfrentamento ao discurso de ódio. Nesta frente, **contar com mobilização e apoio da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos (ReBEDH) para atuação no enfrentamento ao ódio e ao extremismo**, para que a articulação entre diversos setores da sociedade civil organizada, instituições religiosas, o campo da responsabilidade social e instituições de pesquisa contribua com as ações governamentais na área;

vii) **Articular com Conselho Nacional da Magistratura (CNJ), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e Academias de Polícia Militares e Civis, iniciativas para inserir a abordagem da temática do discurso de ódio**, sob um olhar multidisciplinar, no Poder Judiciário, no Ministério Público e nas Academias de Polícia Civil e Militar, incluindo conteúdos específicos em concursos e em cursos de aprimoramento e qualificação voltados a todos os integrantes destas instituições.

viii) **Estabelecer maior interlocução da agenda de ECDH com a agenda da pedagogia da memória**, valorizando a construção de memoriais (físicos e digitais), o conhecimento sobre o passado, a compreensão das experiências históricas e a reflexão crítica sobre eles, bem como a importância do diálogo intergeracional, para entender melhor o passado, o presente e projetar o futuro.

ix) **Avaliar experiência da pedagogia sobre o Holocausto⁵⁸, com enfoque especial nas condições políticas e processos sociais que propiciaram sua ocorrência, sua manutenção e sua relevância na atualidade**, bem como a nova gramática do pós-fascismo e pós-nazismo que ressurge na atualidade sem o

⁵⁸ Em seus escritos, Michel Gherman propõe uma “refundação da pedagogia do Holocausto”, considerando o contexto atual. Ver GHERMAN, M. **O Não Judeu Judeu: a tentativa de colonização do Judaísmo pelo Bolsonarismo**. São Paulo: Fósforo, 2021.

uso de símbolos e figuras tradicionais, mas com discursos semelhantes aos do passado. Uma compreensão clara e bem informada das condições que levaram ao Holocausto, o genocídio paradigmático, pode ajudar educadores e estudantes a entender outras práticas genocidas, atrocidades em massa e violações dos direitos humanos, como contra os negros e os povos indígenas no Brasil e no mundo.

x) **Promover a efetividade da Lei Federal nº 10.639/2003, que visa a promoção da cultura e história afro-brasileira**, por meio de plano de metas voltado para inclusão de conteúdos desta temática em as todas disciplinas, para capacitação dos professores e para revisão de materiais didáticos;

xi) **Capacitar agentes e servidores públicos sobre os princípios da laicidade, igualdade e impessoalidade**, de forma a coibir concepções, práticas e discursos que buscam privatizar e instrumentalizar o espaço público para fins e interesses privados e/ou confessionais;

xii) **Elaborar e publicar materiais paradidáticos e organizar formações sobre diversidade religiosa e laicidade do Estado** para apoiar o trabalho pedagógico de gestores e professores junto aos estudantes das escolas e universidades;

xiii) **Fortalecer o ensino religioso não confessional nas escolas públicas**, conforme previsto na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por meio de um programa emergencial de formação de professores e de distribuição de materiais didáticos e paradidáticos que subsidiem o alcance dos objetivos desta área de conhecimento.

4.2 A escola e a universidade promotoras da paz e da convivência democrática

Ações de proteção e prevenção precisam ser planejadas e efetivadas no ambiente escolar por meio de um **plano nacional de enfrentamento à violência nas escolas**, com protocolos de segurança adequados à realidade brasileira e que não impliquem na militarização dos espaços educativos. O Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para políticas de prevenção e enfrentamento à violência nas escolas, sob a coordenação do Ministério da Educação, participou das escutas do GT e dialogou sobre as ações emergenciais e de médio e longo prazo que estão sendo implementadas. Além da elaboração de uma cartilha com recomendações às escolas, o Governo Federal pretende desenvolver campanhas nacionais de sensibilização para o tema, ações na área da saúde mental na escola, em parceria com o Ministério da Saúde, formação dos profissionais da educação e da comunidade escolar, bem como instituir o programa Territórios da Paz nas escolas.

Associado à proteção e à segurança como foco das ações, o Grupo de Trabalho discutiu como construir espaços educativos que promovam o

respeito, a tolerância e a paz a fim de que discursos de ódio e práticas violentas e extremistas sejam prevenidas e não encontrem brechas para acontecer. É preciso **afirmar e defender as escolas e as universidades como espaços sociais fundamentais para as práticas da Educação e da Cultura em Direitos Humanos**. Nesse sentido, as contribuições apresentadas pela Coordenação de Políticas Educacionais em Direitos Humanos, constitutiva da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), retomada pelo governo atual na estrutura do Ministério da Educação, demonstra os esforços para a reconstrução das políticas públicas em torno da superação de atitudes discriminatórias no ambiente escolar e universitário e a construção de uma cultura de paz e da valorização da diversidade.

A partir das contribuições trazidas nas escutas do GT, o Grupo avaliou que os documentos orientadores existentes já são um grande passo para apontar caminhos para os programas a serem implementados nos contextos locais. Além de ampliar a discussão sobre a necessidade de atualização dos marcos orientadores a fim de tratar com mais foco sobre o enfrentamento ao discurso de ódio por meio da Educação em Direitos Humanos, como apontado anteriormente, o desafio é fomentar e custear as iniciativas necessárias a fim de que as práticas da Educação em Direitos Humanos efetivem-se nos ambientes escolares e universitários, sendo que, mais do que uma aula ou exposição verbal sobre a história dos direitos humanos, é preciso que a convivência pedagógica na escola seja exemplo da garantia de direitos humanos e da ausência de qualquer tipo de discriminação.

É importante **dar atenção ao estudo *Addressing hate speech through education – A guide for policymakers*** [Enfrentando o discurso de ódio por meio da educação – Um guia para formuladores de políticas públicas],⁵⁹ publicado pela Unesco, em parceria com o Escritório da Assessora Especial das Nações Unidas sobre a Prevenção do Genocídio. **O documento visa oferecer orientação para a adoção de políticas educacionais voltadas a enfrentar narrativas de ódio e a emergência de violência focada em grupos específicos.** No âmbito desse estudo, a ONU chegou às seguintes recomendações-chave:

- a. Priorizar a questão do discurso de ódio e tomar medidas para enfrentá-lo com planos de implementação concretos, incluindo quadros normativos e alocação orçamentária;
- b. Integrar esforços para enfrentar o discurso de ódio nas iniciativas existentes do setor educacional para fornecer uma abordagem holística sobre a questão;

⁵⁹ UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Addressing hate speech through education**. A guide for policy-makers. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) and the United Nations Office on Genocide Prevention and the Responsibility to Protect, 2023. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379177>. Acesso em: 23 jun. 2023.

- c. Assegurar que as estratégias para lidar com o discurso de ódio preservem o direito à liberdade de expressão;
- d. Estabelecer e implementar diretrizes e mecanismos claros para apoiar pessoas e grupos vitimados pelo discurso de ódio em ambientes educacionais, incluindo mecanismos de denúncia e normas de conformidade;
- e. Incorporar no currículo formal atividades educativas para abordar as causas do discurso de ódio, com especial atenção às desigualdades históricas e contemporâneas;
- f. Criar e atualizar continuamente currículos sobre educação midiática e informacional e cidadania digital;
- g. Incluir nos currículos atividades educacionais para fortalecer as habilidades de pensamento crítico, aprendizagem social e emocional, diálogo intercultural e cidadania global para promover a mudança comportamental pró-social necessária para enfrentar o discurso de ódio e promover a inclusão e a diversidade;
- h. Incentivar atividades extracurriculares que conduzam ao pensamento crítico e ao diálogo intercultural e possam contribuir para um ambiente inclusivo;
- i. Desenvolver e implementar mecanismos para encorajar e permitir que as escolas garantam que o clima de aprendizagem na sala de aula seja seguro, respeitoso e inclusivo, para tornarem-se modelos de diversidade e inclusão e cultivar o apoio de toda a escola aos esforços para lidar com o discurso de ódio;
- j. Fornecer aos educadores e líderes escolares qualificação para equipá-los com novas abordagens educacionais para responder e enfrentar o discurso de ódio em suas atividades diárias e interações com estudantes;
- k. Construir resiliência dos sistemas educacionais por meio de um esforço integrado, incluindo famílias e comunidades e parcerias multissetoriais; e
- l. Estabelecer critérios para avaliar e medir a eficácia das intervenções para lidar com o discurso de ódio.

Recomendações de destaque contra a violência nas escolas

i) Ações de educação midiática para promover uma postura ativa de docentes, estudantes, familiares e todos os demais membros da comunidade escolar contra a desinformação e os discursos e crimes de ódio, envolvendo intervenções pedagógicas nas escolas e a construção de parcerias com organizações da sociedade civil que já atuem no tema. Ainda, em relação às mídias digitais, é necessário enfatizar pedagogias que minimizem a difusão

de conteúdos de ódio, a espetacularização de massacres e rumores relacionados a esse tipo de evento a fim de barrar o efeito contágio.

ii) Programas de saúde mental nas escolas por meio da criação de uma frente emergencial entre os órgãos governamentais, especialistas, organizações sociais e redes escolares para implementar ações de assistência e saúde mental nas escolas, levando em conta alguns indicativos, a seguir:

- a. Estabelecer como prática de gestão escolar a identificação das vulnerabilidades e alterações comportamentais que possam configurar-se em atos violentos contra a comunidade escolar;
- b. Buscar a melhoria da convivência escolar e a participação das famílias na vida escolar. As famílias precisam ser escutadas e convidadas a dialogar sobre as soluções a serem adotadas;
- c. Ofertar serviços de assistência e saúde mental à comunidade escolar, como grupos terapêuticos e espaços de acolhimento, bem como apoio de profissionais, como psicólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais e orientadores educacionais preparados para as ações de prevenção;
- d. Promover metodologias de resolução de conflitos como a Justiça Restaurativa e profissionais qualificados para atuar em conjunto com as comunidades escolares;
- e. Desenvolver em conjunto com as escolas que sofreram atentados propostas-piloto de apoio e suporte à comunidade escolar, estabelecendo protocolos para outras escolas do país.

iii) Rede de inteligência entre os órgãos responsáveis pela garantia da Segurança Pública e as organizações da sociedade civil, universidades e instituições que produzem monitoramentos e estudos baseados em evidências sobre os elementos que promovem os atos agressivos em ambientes escolares. Essa iniciativa deve envolver:

- a. Ação de inteligência que envolva o monitoramento de sites e mídias pelos agentes de segurança e comunicação fluida com as escolas;
- b. Campanhas públicas para denunciar a cooptação por grupos extremistas; e
- c. Identificação de riscos e ameaças à comunidade escolar pelas próprias escolas e o papel das famílias no controle à vinculação com conteúdo digital extremista.

4.3 Internet segura, Educação Midiática e Comunicação Popular e Comunitária

O Grupo de Trabalho refletiu sobre **as ações multissetoriais necessárias para o enfrentamento ao ódio e ao extremismo quando considerou o fenômeno do discurso de ódio online**. Mais do que regular as plataformas digitais e pactuar o uso seguro, ético e responsável da rede, agenda pública que já está sendo amplamente mobilizada no país, o GT entendeu que é preciso dar maior centralidade às estratégias de educação midiática e de comunicação popular e comunitária.

Além disso, **o GT tratou sobre como a agenda na defesa de direitos passa na atualidade pela dimensão social dos dados digitais e pela discussão da Internet Segura**. Na medida que o grupo reconheceu que os dados que produziu dizem respeito ao que cada um é, a forma como eles são coletados, tratados e arquivados implicam questões de privacidade, segurança, ética e governança muito determinantes para a garantia dos direitos e para a justiça social. Ganha relevo o debate sobre o constitucionalismo digital, em que objetiva-se definir direitos e deveres dos cidadãos, uma constituição para o ambiente virtual, visando proteger os direitos e liberdades dos indivíduos que interagem nesse espaço. Uma agenda que reafirma-se na defesa de uma Internet Segura, movimento que ao promover a conscientização sobre os riscos e desafios relacionados ao uso da internet, bem como incentivar práticas seguras *online*, conclama aos usuários a responsabilidade em contribuir com a convivência democrática no ambiente virtual, adotando medidas de segurança, compartilhando informações de forma consciente e respeitando os direitos e a privacidade dos outros.

Vale destacar que, em parceria com o Escritório da Assessora Especial das Nações Unidas sobre a Prevenção do Genocídio, e também com o *Oxford Internet Institute*, a Unesco lançou o documento *Addressing hate speech on social media: Contemporary challenges*⁶⁰ [Enfrentando o discurso de ódio nas redes sociais: desafios contemporâneos]. **Além de avaliar ferramentas e técnicas para medir e monitorar o discurso de ódio na internet, o documento traz as seguintes recomendações para identificação de ações para lidar com os novos desafios do discurso de ódio viral crescente e, em particular, para abordar as consequências offline na paz, estabilidade e gozo dos direitos humanos para todos:**

⁶⁰ UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Addressing hate speech on social media: contemporary challenges**. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2021. (Discussion Paper). Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379177>. Acesso em: 28 jun. 2023.

- a. Promover definições inclusivas do discurso de ódio *online* que respeitem a liberdade de expressão;
- b. Construir coalizões multissetoriais;
- c. Coletar dados e encorajar práticas de dados abertos quando os dados já estiverem sendo coletados, respeitando-se a proteção de dados pessoais;
- d. Incentivar plataformas a oferecer opções de remediação robustas para aqueles cujo conteúdo tenha sido removido;
- e. Desenvolver alfabetização midiática e de informação e habilidades digitais por meio de programas educativos; e
- f. Apoiar organizações ativas no espaço de discurso *online*.

Cabe também mencionar a realização da conferência mundial "Para uma internet confiável", realizada entre 21 e 23 de fevereiro de 2023, na sede da Unesco, em Paris. O objetivo da conferência foi discutir, por meio de processo multissetorial, quadro-regulatório modelo para as plataformas digitais, com vistas a assegurar a "informação como um bem público, ao tempo em que são protegidos a liberdade de expressão e outros direitos humanos". Nesse contexto, encontra-se em discussão a adoção das diretrizes *Safeguarding freedom of expression and access to information: guidelines for a multistakeholder approach in the context of regulating digital platforms* [Salvaguardando a liberdade de expressão e o acesso à informação: orientações para uma abordagem de governança multissetorial no contexto da regulação das plataformas digitais],⁶¹ que tem **o propósito de salvaguardar a liberdade de expressão, acesso à informação e outros direitos humanos no contexto do desenvolvimento e implementação de processos regulatórios de plataformas digitais.**

O GT recebeu as contribuições da Coordenação-Geral de Educação Midiática, estrutura da Secretaria de Políticas Digitais (SPDIGI) do Governo Federal, que tem como **foco promover o campo da educação midiática nas políticas públicas como mecanismo para o enfrentamento ao discurso de ódio *online*.** Pode-se considerar educação midiática como "o conjunto de habilidades para acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos, dos impressos aos digitais", tal como sugerido pela organização EducaMídia.⁶²

⁶¹ UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Safeguarding freedom of expression and access to information: guidelines for a multistakeholder approach in the context of regulating digital platforms**, 2023. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384031>. Acesso em: 23 jun. 2023

⁶² O QUE É educação midiática. **Educamídia**. Disponível em: <https://educamidia.org.br/educacao-midiatica>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Foi apresentado ao GT que o Governo Federal está realizando uma consulta pública sobre a política de educação midiática, a qual tem os seguintes objetivos, tal como apontado no documento-base⁶³ da consulta:

Conscientizar a sociedade sobre o tema da educação midiática e sua centralidade para combater a desinformação e o discurso de ódio, fortalecendo a liberdade de expressão e a democracia;

Formular e implementar políticas públicas, programas, projetos e ações voltados para a promoção da educação midiática entre crianças, jovens e adultos, contemplando as diversidades sociais, regionais, raciais étnicas, religiosas, de gênero e suas interseccionalidades;

Firmar compromissos junto a emissoras públicas e privadas e plataformas digitais para a veiculação de conteúdos, bem como implementação e aprimoramento do design voltado à educação midiática; e

Produzir, coproduzir e difundir recursos e conteúdos pedagógicos que promovam a educação da população brasileira para o uso consciente, saudável, crítico e seguro das mídias digitais.

O Grupo de Trabalho também discutiu sobre como formar os jovens e pessoas idosas para lidar com a desinformação e as teorias da conspiração que os atingem fortemente pelo uso sistemático das mídias digitais. Educar para a tática de duvidar dos primeiros conteúdos que aparecem nas mídias é elemento essencial para que os jovens e as pessoas idosas tornem-se mais curiosas e cultivem o prazer renovado de buscar respostas. Em vez de incitar os medos e preconceitos, dar a oportunidade de sentirem o prazer de descobrir. Nesse sentido, ambos passam a ser leitores críticos da internet e a criar contranarrativas que valorizam a diversidade de vivências, com a criação de múltiplas histórias. As redes de confiança renovam-se e conseguem atingir os mecanismos de verificação do ecossistema de desinformação, desconstruindo as narrativas de conteúdos odiosos por meio de uma abordagem propositiva e por correção entre pares. Iniciativas com esse caráter têm sido desenvolvidas no país, a exemplo do *Toolbox “Crie sua Contranarrativa”*, da organização SaferLab;⁶⁴ o “Miniguia para criadores sobre discurso de ódio”, produzido pela Safernet;⁶⁵ o “#InfluencierDigitalnareal – Guia para criadores de conteúdo infantojuvenil”, elaborado pela organização

⁶³ Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Consulta Pública sobre educação Midiática - texto de referência. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/educacao-midiatica>. Acesso em: 28 jun. 2023.

⁶⁴ SAFERLAB. *ToolBox. CRIE SUA CONTRANARRATIVA*. Disponível em: <https://saferlab.org.br/guia.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.

⁶⁵ SAFERNET. *MINIGUIA sobre discurso de ódio para criadores*. Disponível em: <https://www.safernet.org.br/guia-criadores.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.

“Redes Cordiais”⁶⁶, e o podcast “Curti, e daí?”, do “Instituto Vero”.⁶⁷ É necessário também valorizar as potencialidades da relação entre a produção das contranarrativas pelos encontros intergeracionais que precisam ser fomentados com vistas ao enfrentamento ao discurso de ódio.

A importância das iniciativas de Comunicação Popular e Comunitária para o enfrentamento ao discurso de ódio e a escalada de teorias conspiratórias foram recomendadas ao Grupo de Trabalho como potente mecanismo a ser considerado para enfrentar o discurso de ódio *online*. Pode-se considerar a comunicação popular e comunitária como as formas de comunicação que promovem a participação ativa e a expressão das comunidades locais, permitindo que elas tenham voz e sejam protagonistas na produção e disseminação de informações.⁶⁸ Experiências desenvolvidas no país demonstram o papel decisivo dessas iniciativas de comunicação para o enfrentamento à covid-19.⁶⁹

Recomendações de destaque

- i) Estruturar a política de educação midiática, em diálogo com a Educação e Cultura para os Direitos Humanos**, a partir de ações que envolvam as práticas na educação básica, as orientações sobre o uso consciente de dispositivos digitais por crianças e adolescentes, as parcerias com organizações da Sociedade Civil, a difusão de conteúdos de educação midiática, a valorização do conhecimento científico, as parcerias estratégicas com universidades federais e a pactuação de compromissos com plataformas digitais;
- ii) Fomentar e incentivar a comunicação popular e comunitária**, sendo esta agente de construção de contranarrativas a conteúdos odiosos, extremistas e agentes discriminatórios, fundamental na transmissão de informações confiáveis entre pares;
- iii) Fortalecer a mobilização em torno de um novo marco regulatório para as plataformas digitais e a inteligência artificial**, com o objetivo de favorecer um espaço digital mais democrático e seguro para a convivência humana, mitigar

⁶⁶ ALVES, J. C. **#influencerdigitalnareal**. Guia para criadores de conteúdo infantojuvenil. Galo da Manhã e Redes Cordiais. Disponível em: <https://www.redescordiais.com.br/wp-content/uploads/2022/03/2203-InfluencerDigitalNaReal.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.

⁶⁷ Podcast Curti, e daí? Disponível em: <https://www.vero.org.br/conteudos/podcast/curti>. Acesso em: 28 jun. 2023.

⁶⁸ Mais informações sobre as iniciativas em MARTINS, P. Comunicação popular e comunitária em tempos de Covid-19: O direito de se comunicar e o direito à saúde. **Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco)**, 17 de abril de 2020. Notícias. Especial Coronavírus. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/comunicacao-popular-e-comunitaria-em-tempos-de-covid-19-o-direito-de-se-comunicar-e-o-direito-a-saude/47000/>. Acesso em: 28 jun. 2023

⁶⁹ TERSO, T.; MELO, P. V. Comunicação popular e comunitária salvam vidas durante a pandemia. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 10 maio 2021. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/comunicacao-popular-e-comunitaria-salvam-vidas-durante-pandemia/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

os efeitos danosos sobre os direitos humanos, ampliar os níveis de transparência e efetivar a responsabilização por atos violentos e ameaçadores da dignidade humana;

iv) **Judicializar e responsabilizar os “superspreaders e os fiadores do ódio”** – organizações e ativistas, figuras públicas de representação política e canais ou empresas jornalísticas que disseminam discurso de ódio e extremismo – com reparação das vítimas, construção de memória e arquivo;

v) **Fomentar a *compliance* em direitos humanos por meio da qual seja ofertado um selo de comprometimento com direitos humanos às empresas e anúncios digitais**, engajados com o enfrentamento ao discurso de ódio e com a promoção da cultura da paz, já que a desmonetização do ódio enfraquece o ecossistema da desinformação;

vi) **Apoiar, mobilizar e formar os “superspreaders democráticos” – influencers, comunicadores e figuras públicas que defendem a democracia e enfrentam os discursos de ódio online** – para Educação e Cultura em Direitos Humanos, com vistas a expandir o alcance do ecossistema, em especial para segmentos intermediários por onde ocorre o recrutamento para as redes do extremismo;

vii) **Articular iniciativas estatais e da sociedade civil para realizar campanhas sistemáticas, sobretudo por meio da internet**, voltadas a: enfrentar a propagação de discursos de ódio e o respeito às minorias; fortalecer o reconhecimento e a defesa do direito constitucional à liberdade de consciência, crença e convicção, bem como do caráter laico do Estado brasileiro; valorizar o conhecimento científico e demais instituições produtoras de informação confiável sobre temas como saúde, eleições e demais temas de interesse público.

4.4 Proteção e reparação às vítimas dos discursos de ódio

As contribuições trazidas ao Grupo de Trabalho por ativistas e organizações que atuam na proteção às vítimas de discursos e crimes de ódio ressaltam que muitas abordagens e medidas estão sendo implementadas, tanto em nível nacional quanto internacional, mas que, na maioria dos casos, essas iniciativas não são suficientes para proteger a vida das pessoas, famílias e comunidades afetadas e atender às necessidades delas.

A indefinição jurídica do que são os discursos de ódio e da tipificação dos crimes de ódio, bem como as dificuldades de distinção em relação aos crimes contra a honra e outras ofensas, configura um problema prático que impacta o acolhimento das vítimas dos discursos de ódio. No Brasil, existem leis que punem os crimes de discriminação e preconceito racista, xenofóbico, religioso, bem como outras discriminações e violências, a exemplo dos crimes de

gênero e da LGBTQIA+fobia. Ao identificar discursos e expressões linguísticas que induzem ou incitem violências contra minorias e grupos vulnerabilizados, esse arcabouço jurídico favorece o entendimento do discurso de ódio como algo a ser combatido. A partir dessa noção, pode-se dar mais reconhecimento a quem pode ser considerada vítima, bem como aos riscos atinentes a esses tipos de condutas, já que a noção de temporalidade e fugacidade lhes são muito particulares frente aos crimes mais tradicionalmente reconhecidos na legislação penal. É preciso considerar que o crime de *doxing* (publicar, de forma dolosa e prejudicial, informações privadas ou que permitem a identificação de alguém) que viola a privacidade e a segurança das pessoas afetadas, somado a outras ameaças e agressões no ambiente virtual, abrangem outras pessoas que não a vítima diretamente atingida, colocando no círculo da violência os próprios familiares e comunidades a que pertencem.

As lições aprendidas sobre as políticas de proteção a vítimas, defensores e comunicadores ameaçados desenvolvidas no Brasil, a exemplo do Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH) e do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas (PROVITA), revelam necessidade de aperfeiçoamento de tais programas.

Recomendações em destaque

- i) Aperfeiçoar os marcos legais existentes para o tratamento dos discursos de ódio e das práticas extremistas**, com avanço da definição jurídica, reconhecendo que os disciplinamentos correlacionados não são suficientes por si só para proteger as vítimas do ódio, bem como para prevenir e reparar danos;
- ii) Ampliar e fortalecer os programas existentes para o atendimento de pessoas vítimas do discurso de ódio.** Neste ponto, recomenda-se a:
 - a. Garantia de participação da sociedade civil no âmbito de elaboração, deliberação e execução das políticas públicas;
 - b. Produção de conhecimento sobre o perfil e necessidades das pessoas em proteção no programa a fim de melhorar o desenho de políticas;
 - c. Garantia de repasse orçamentário e aumento de equipe que permita a potencial ampliação de beneficiários;
 - d. Capacitação e sensibilização dos agentes para prepará-los para a escuta, o acolhimento e a identificação dos riscos envolvidos nas ameaças;
 - e. Atenção à saúde mental e psicossocial das pessoas ameaçadas;

- f. Incorporação de medidas de proteção que não inviabilizem a liberdade de expressão e o ativismo;
- g. No caso de ativistas de direitos humanos que são servidores públicos, proporcionar adequação para regime de trabalho virtual (telepresencial) e focalização para políticas de proteção social.

iii) Aprofundar as reflexões sobre como estruturar centros de acolhimento para as vítimas dos discursos de ódio, a exemplo da Casa da Mulher, em que sejam organizadas as redes públicas de acolhimento já existentes, seja na área da saúde, assistência social e outras, e que envolvam a burocracia de atendimento das vítimas e famílias;

iv) Elaborar políticas de reparação às vítimas em que as medidas incluam o direito à memória, à verdade e à justa responsabilização de pessoas agressoras, além de possíveis reparações financeiras para vítimas sobreviventes e vítimas indiretas;

v) No que tange à investigação e ao processamento dos casos de discurso de ódio, é necessário capacitar os agentes que atuam em delegacias e outras instâncias investigativas, sejam elas especializadas ou não, para o recebimento e encaminhamento das demandas relacionadas ao discurso de ódio, bem como que se busquem saídas para efetivar as leis já incorporadas no ordenamento jurídico brasileiro, como a Lei Lola,⁷⁰ que federaliza os crimes virtuais de ódio;

vi) Consolidar a formação continuada de servidores públicos, em especial dos órgãos de segurança pública, para acolher as denúncias dos crimes de ódio relacionados ao gênero e garantir que esses crimes não tornem-se impunes, adotando-se as providências cabíveis em cada caso;

vii) Fortalecer iniciativas de orientação às vítimas do discurso de ódio, estabelecendo parcerias e projetos para produção e difusão de conteúdo, a exemplo da “Cartilha de orientação para vítimas de discurso de ódio”,⁷¹ produzido pelo Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) da FGV Direito Rio e o Núcleo

⁷⁰ BRASIL. **Lei nº 13.642, de 3 de abril de 2018**. Altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógino, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13642.htm. Acesso em: 28 jun. 2023.

⁷¹ ROCHA, J. **Cartilha de Orientação para Vítimas de Discurso de Ódio**. Biblioteca FGV. Rio de Janeiro: Defensoria Pública do Rio de Janeiro; FGV Direito Rio, 2020. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/29490/CARTILHA%20DE%20ORIENTA%c3%87%c3%83O%20PARA%20V%c3%8dTIMAS%20DE%20DISCURSO%20DE%20c3%93DIO.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 28 jun 2023.

de Defesa de Direitos Humanos (Nudedh) da Defensoria Pública do Rio de Janeiro;

viii) **Aprimorar os mecanismos de denúncia contra os crimes de ódio** contra mulheres, população LGBTQIA+, pessoas negras e indígenas, pessoas com deficiência e pessoas idosas para que elas tenham maior acessibilidade aos instrumentos e mais efetividade de resolução para os casos denunciados;

ix) **Melhorar as políticas de acolhimento das vítimas, colocando-as no centro de cuidados e proteções, com escuta ativa e atenção às trajetórias de vida das pessoas**, evitando processos de revitimização provocados pelo próprio Estado e seus agentes;

x) **Aumentar a existência de Delegacias de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância (Decradi)** favorecendo o atendimento telepresencial e o registro remoto de ocorrências.

4.5 Dados e pesquisas para subsidiar as ações e as políticas públicas

As políticas públicas devem ser construídas a partir de evidências. Torna-se imprescindível que haja coleta adequada e abrangente de dados sobre discurso de ódio, bem como uma análise qualificada das informações consistentes para caracterizar os fenômenos existentes, suas causas e consequências.

O Grupo de Trabalho identificou durante escutas e debates a necessidade de mais pesquisas para compreender o fenômeno do discurso de ódio e do extremismo a partir do contexto brasileiro, bem como a necessidade de mais dados das plataformas digitais para incrementar a compreensão e o acompanhamento em tempo real do fenômeno, fomentando assim mais evidências para as políticas públicas e programas de pesquisa interdisciplinares mais robustos para tratamento do tema. Além disso, é preciso promover campanhas de incidência política (advocacy) a partir de determinadas problemáticas para dar visibilidade à dimensão do fenômeno.

Recomendações de agendas de pesquisa e advocacy em destaque

i) **Desradicalização, mediação de conflitos e Justiça Restaurativa:** Com o aumento das práticas extremistas, estratégias de mediação de conflitos e da Justiça Restaurativa destacam-se como abordagens eficazes para enfrentar e prevenir a propagação dos comportamentos extremistas e a desradicalização

de indivíduos, conforme se verifica em países como a Noruega, Alemanha e Áustria;

ii) Intercâmbio entre países e relações internacionais para o enfrentamento ao discurso de ódio e ao extremismo: Estabelecer parcerias e propostas de cooperação para compartilhamento de conhecimentos e saberes sobre as estratégias com países que já desenvolvem e são reconhecidos pelo enfrentamento aos discursos de ódio e às práticas extremistas. Retomar protagonismo do Brasil nas políticas internacionais, encabeçando as articulações para que acordos multilaterais sejam pactuados para o enfrentamento ao discurso de ódio a nível mundial;

iii) Aperfeiçoar base de dados e análise de informações. Essa estratégia deve ser adotada a partir da cooperação com universidades e centros de pesquisa, bem como com instituições e organismos internacionais.

4.6 Boas práticas para jornalistas e comunicadores para enfrentar o discurso de ódio

Parte da atividade jornalística tem vínculos diretos com o Estado, uma vez que é desempenhada por entes da administração pública indireta, por instituições ligadas ao Poder Legislativo e Poder Judiciário, bem como por assessorias de comunicação dos órgãos da administração pública direta. Sendo assim, o GT apresenta algumas recomendações que podem colaborar para evitar a propagação de discurso de ódio por parte dos profissionais de comunicação que atuam nos espaços estatais anteriormente descritos. Tais medidas também podem ser adotadas pelos órgãos e profissionais que exercem a atividade jornalística no âmbito privado. O GT entende que os órgãos de imprensa têm liberdade e autonomia para o exercício de suas atividades, portanto, tais recomendações não devem se converter em mecanismos de controle estatal. O objetivo delas é disseminar e reforçar a existência de boas práticas que podem colaborar para que o discurso de ódio não se origine ou se propague em função das atividades de jornalistas e de comunicadores em geral.

Recomendações em destaque

i) Intensificação da apuração: uma investigação cuidadosa e dedicada determina a qualidade do fato reportado e evita a apresentação de conclusões equivocadas que podem gerar discurso de ódio. Essa precaução precisa ser redobrada considerando que os ambientes digitais aumentam a pressão pelo noticiamento imediato dos fatos.

ii) **Aprofundamento do senso crítico:** a reflexão detida sobre potenciais danos diretos ou colaterais indevidos decorrentes da publicação de notícias, editoriais ou artigos de opinião pode evitar a propagação de discurso de ódio;

iii) **Linha editorial responsável:** veículos devem ter políticas bem definidas sobre o respeito aos direitos humanos e evitar que as opiniões expressas alimentem discurso de ódio de qualquer natureza;

iv) **Compleitude de informações:** a busca por alta Taxa de Cliques – *Click Through Rate (CTR)* – não deve induzir a adoção de títulos, fotos, descrições de fotos com informações indevidamente ocultas ou distorcidas, voltadas a incitar o leitor ao acesso à informação completa, que possam desencadear discursos de ódio;

v) **Respeito à integridade da informação:** o excesso de edições em áudios, vídeos e textos pode acarretar na distorção dos fatos e no direcionamento deturpado da informação resultando em discurso de ódio.

vi) **Mecanismos eficazes de retratação:** considerando a rapidez das publicações e a vida útil das notícias, os erros devem ser imediatamente notificados com a mesma ou maior proporção que a notícia original, acompanhado de retratação, quando necessário, a fim de evitar a propagação de discurso de ódio.

vii) **Controles internos por meio da diversidade:** os órgãos de imprensa devem ser compostos por equipes com perfis diversificadas do ponto de vista de raça, etnia, gênero, orientação sexual, idade, biotipos etc., capazes de avaliar criticamente quais manifestações e publicações extrapolam os limites da liberdade de expressão e são discurso de ódio.

viii) **Moderação sobre comentários:** os espaços dedicados a comentários de notícias veiculadas em redes sociais e sites da internet precisam ser monitorados pelos órgãos de imprensa que devem repelir manifestações que caracterizem discurso de ódio, sinalizando a remoção ao ofensor e informando previamente tal política.

ix) **Formação em direitos humanos:** as instituições ligadas ao jornalismo e à comunicação devem estimular e propiciar que todos os seus profissionais adquiram conhecimentos qualificados sobre direitos humanos e sobre as causas, efeitos e marcos legais relacionados ao discurso de ódio e ao extremismo.

5

REFERÊNCIAS

5.1 Bibliografia

ABRAMOVICH, V.; GUEMBE, M. J.; CAPURRO ROBLES, M. **El límite democrático de las expresiones de odio**: Principios constitucionales, modelos regulatorios y políticas públicas. Buenos Aires: Editorial Teseo/Universidad de Lanús, 2021.

ADI, A, S.; BARBOSA, F. C. Reflexões iniciais sobre árabes e muçulmanos nos livros didáticos de história: silenciamentos, generalizações e estereótipos. NOGUEIRA NETO, José Maria (Org.). **Insurgências Decoloniais, Psicologia e os Povos tradicionais**. 1ed. Sobral/CE: Faculdade Luciano Feijão, 2021, v. 8.

ADORNO, T. **Educação e Emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ALMEIDA, R. A onda quebrada: evangélicos e conservadorismo. **Cadernos Pagu**, n. 50, 2017.

ALMEIDA, R. Evangélicos à direita. **Horizontes Antropológicos**, v. 26, p. 419-436, 2020.

ALMEIDA, R. R. **Direito Eleitoral**. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2022.

ALMEIDA, R. R. Disparos em massa de fake news e o novo normal das campanhas eleitorais. **Revista Consultor Jurídico**. Disponível: <https://www.conjur.com.br/2021-set-20/direito-eleitoral-disparos-massa-fake-news-normal-campanhas-eleitorais>
Acesso em: 20 jun 2023.

ALMEIDA, S. L. **Racismo estrutural**. São Paulo: Juruá, 2018.

ALVES, R. O protestantismo na América Latina - sua função ideológica e possibilidades utópicas. In: ALVES, Rubem. **Dogmatismo e tolerância**. São Paulo: Paulinas, 1982.

ALVES, R. **Protestantismo e repressão**. São Paulo: Ática, 1979.

APRICENO, M., LEVY, S. R. Systematic Review and Meta-Analyses of Effective Programs for Reducing Ageism Toward Older Adults. **Journal of Applied Gerontology**, v. 42, n. 6, p. 1356–1375, 2023.

ARANTES, R. C.; NUNES, M. A.; CLOS, M. B.; ALVES, W. C. B. Violência contra as pessoas idosas no Brasil a partir das denúncias do Disque 100: avaliação e principais resultados. In: MUSIAL, D. C. *et al.* (Orgs.), **Políticas sociais e gerontologia: diálogos contemporâneos**. Maringá: Unidesul, p. 73-88, 2020.

ARONOVICH, L. O dia em que o cara que quis me destruir foi condenado a 41 anos de prisão. **The Intercept Brasil**, 21 dez. 2018. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2018/12/21/prisao-do-misogino-marcelo-mello/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

ARONOVICH, L. Análise do discurso de ódio contra uma blogueira. In: RESENDE, V.; ARAUJO, C. L.; REGIS, J. F. (orgs.). **Discurso, política e direitos: por uma análise de discurso comprometida**. Brasília: Editora UnB, p. 203-234, 2022.

ARONOVICH, L. A trajetória e resistência do Escreva Lola Escreva. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 30, n. 2, e86981, 2022.

ARTICLE 19. **"Hate speech" explained: a toolkit**. London: Article 19, 2015.

D'ÁVILA, Manuela. **E se fosse você?** Sobrevivendo às redes de ódio e fake news. Porto Alegre/ RS: Instituto E se Fosse Você, 2020.

AWAN, I. Cyber-Islamophobia and Internet Hate Crime. In.: AWAN, I. (org.). **Islamophobia in cyberspace: hate crimes go viral**. Londres: Routledge, p. 7-22, 2016.

AWAN, I. Virtual Islamophobia: The Eight Faces of Anti-Muslim Trolls on Twitter. n.: AWAN, I. (org.). **Islamophobia in cyberspace: hate crimes go viral**. Londres: Routledge, p. 23-39, 2016.

AZIZ, S. **The Racial Muslim: When Racism Quashes Religious Freedom**. Oakland: University of California Press, 2022.

BADRINATHAN, S.; CHAUCHARD, S. (2023). "I Don't Think That's True, Bro!" Social Corrections of Misinformation in India. **The International Journal of Press/Politics**, online, 2023.

BAKKE, R. **Na escola com os orixás: o ensino das religiões afro-brasileiras na aplicação da Lei 10.639**. Tese (Doutorado em Antropologia), PPGAS, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

BARBOSA, F. C. Mulheres Muçulmanas, Islamofobia e Mídia: desconstruindo estigmas. **Organicom**, v. 19, n. 40, p. 32-42, 2023.

BARBOSA, F. C. **Charlie Hebdo e Islamofobia**. Malala, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 159-162, 2015.

- BARBOSA, F. C. Hijabfobia, a Experiência de Ser Mulher Muçulmana com Hijab. **Holofote**, 8 mar. 2022. Disponível em: <https://www.holofotenoticias.com.br/lutas/mulheres--muculmanas-sao-discriminadas-por-usarem-veu-ressalta-professora-da-usp>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- BARBOSA, F. C. Notas sobre Islam e Islam(fobia). In: CHEAITO, K. A. B. (org.). **Ahlan wa Sahlan: Uma Introdução aos Mundos Árabes**. Araraquara: Editora Lutas Anticapital, p.55-67, 2021.
- BARBOSA, F. C. *et al.* **I Relatório de Islamofobia no Brasil**. São Bernardo do Campo: Editora Ambigrama, 2022. Disponível em: https://www.ambigrama.com.br/_files/ugd/ffe057_6fb8d4497c4748f8961c92a546c5b3fc.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.
- BODE, L.; VRAGA, E. K. See Something, Say Something: Correction of Global Health Misinformation on Social Media. **Health Communication**, 33:9, 1131-1140, 2018.
- BOECHAT, J., DUTRA, R., PY, F. Teologia da prosperidade campista: Apóstolo Luciano e suas ressignificações religiosas na Igreja Pentecostal Semear. **Religião & Sociedade**, v. 38, n. 2, 2018.
- BORGES, J.; BRANDÃO, G.; BARROS, S. (orgs.). **Educação para a informação: como promover competências infocomunicacionais**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.
- BÖTTICHER, A. Towards academic consensus definitions of radicalism and extremism. **Perspectives on Terrorism**, v. 11, n. 4, p. 73-77, 2016.
- BRUGGER, W. Proibição ou proteção do discurso do ódio? Algumas observações sobre o direito alemão e o americano. **Direito Público**, v. 4, n. 15, 1 jan. 2007.
- BUTLER, J. **Discurso de ódio: uma política do performativo**. São Paulo, Unesp, 2021.
- CALDAS, C. O. L.; CALDAS, P. N. L. Estado, democracia e tecnologia: conflitos políticos no contexto do big-data, das fake news e das shitstorms. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, n. 2, p. 196–220, 2019.
- CALDAS, C. O. L.; PEREIRA, L. I. O fenômeno Shitstorm: Internet, intolerância e violação de direitos humanos. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, v. 6, n. 1, p. 123–134, 2017.
- CALDAS, C. O. L.; PEREIRA, L. I. Direitos Políticos de Estrangeiros Residentes no Brasil: Crítica dos projetos legislativos no contexto migratório da América Latina. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 13, n. 3, p. 1043–1068, 2018.
- CALDEIRA NETO, O. Neo-fascism in Brazil, from the local to the global?. **Esboços: Histórias em Contextos Globais**, v. 29, n. 52, 2022.

CARA, D. *et al.* **O extremismo de direita entre adolescentes e jovens no Brasil:** ataques às escolas e alternativas para ação governamental. São Paulo: S.I., 2022. Disponível em:

https://media.campanha.org.br/acervo/documentos/Relatorio_ExtremismoDeDireitaAtaquesEscolasAlternativasParaAcaoGovernamental_RelatorioTransicao_2022_12_11.pdf Acesso em: 4 maio 2023.

CARIAN, E. K., DIBRANCO, A.; EBIN, C. (Orgs.) **Male supremacism in the United States:** from patriarchal traditionalism to misogynist incels and the alt-right. Nova York: Routledge, 2022.

CARRANZA, B. Cristofobia. **Religião e Poder.** 15 set. 2022. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/cristofobia/>. Acesso em: 25 jun. 2023.

CARTER, E. Right-wing extremism/radicalism: reconstructing the concept. **Journal of Political Ideologies**, v. 23, n. 2, p. 157-182, 2018.

CASARÕES, G; MAGALHÃES, D. A aliança da hidroxicloroquina: como líderes de extrema direita e pregadores da ciência alternativa se reuniram para promover uma droga milagrosa. **Revista de Administração Pública**, v. 55, n. 1, p. 197-214, 2021.

CASARÕES, G. O movimento bolsonarista e a americanização da política brasileira: causas e consequências da extrema direita no poder. **Journal of Democracy em Português**, ano 11, n. 2, p. 7-44, 2022.

CASTRO-REA, J.; SOLANO, E. **The Right in the Americas.** New York: Taylor & Francis, 2023.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Imigração e refúgio no Brasil:** Retratos da década de 2010. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública; Conselho Nacional de Imigração e Coordenação-Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Obmigra_2020/Relat%C3%B3rio_Anuar/Retratos_da_De%CC%81cada.pdf. Acesso em: 24 jun. 2023.

COMISSÃO ECONÔMICA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AMÉRICA LATINA (CEPAL). **Consenso de Montevideo sobre población y desarrollo.** Montevideu, ago. 2013. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/handle/11362/21835>. Acesso em: 28 jun. 2023.

CESARINO, L. **O Mundo do Averso: Verdade e Política na Era Digital.** São Paulo: Ubu Editora, 2022.

CESARINO, L. Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: uma explicação cibernética. **Ilha Revista de Antropologia**, v. 23, n. 1, p. 73–96, 2021.

CHAN, M. P. S., JONES, C. R., HALL JAMIESON, K., & ALBARRACÍN, D. Debunking: A meta-analysis of the psychological efficacy of messages countering misinformation. **Psychological science**, v. 28, n. 11, p. 1531-1546, 2017.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-violencia-povos-indigenas-2020-cimi.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Discriminação e violência contra a população LGBTQIA+**: relatório da pesquisa. Conselho Nacional de Justiça; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília: CNJ, 2022.

CORRÊA, S.; KALIL, I. Políticas antigênero em América Latina: Brasil. **Observatorio de Sexualidad y Política** (SPW), 2020.

CORRÊA, S.; PATERNOTTE, D.; KUHAR, R. The globalisation of anti-gender campaigns. **International Politics and Society**, 31 maio 2018. Disponível em: <https://www.ips-journal.eu/topics/democracy-and-society/the-globalisation-of-anti-gender-campaigns-2761/>. Acesso em: 23 jun 2023.

CORRÊA, S. The “politics of gender”: a genealogical commentary. **Sexuality Policy Watch**, 2018. Disponível em : <https://sxpolitics.org/wp-content/uploads/2023/02/The-%C2%B4politics-of-gender-a-genealogical-commentary-.pdf>. Acesso em: 23 jun 2023.

COUNCIL ON AMERICAN-ISLAMIC RELATIONS (CAIR). **Confronting Fear: Islamophobia and Its Impact in the United States**. Berkeley: Council on American-Islamic Relations e U. C. Berkeley, Center for Race and Gender, 2016.

CUNHA, M. N. **Fundamentalismos, crise da democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul: tendências e desafios à ação**. Salvador: Koinonia, 2020. Disponível em: <https://kn.org.br/wp-content/uploads/2020/10/FundamentalismosPT-1.pdf>. Acesso em: 23 jun 2023.

DAMASCENO, E. Dados de Intolerância Religiosa e o aparelhamento do Disque 100 pelo governo Bolsonaro. **Religião e Poder**, 20 jan. 2023. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/dados-de-intolerancia-religiosa-e-o-aparelhamento-do-disque-100-pelo-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

DIAS, A. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social. **Anais do I Simpósio Internacional de Estudos sobre a Deficiência SEDPcD/Diversitas/ USP Legal**. São Paulo, p. 1-14, 2013.

DIAS, A. **Observando o ódio: entre uma etnografia do neonazismo e a biografia de David Lane**. Tese (Doutorado em Antropologia), IFCH, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2018.

DIWAN, P. **Raça Pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

FAN, R. *et al.* Anger Is More Influential than Joy: Sentiment Correlation in Weibo. **PLoS ONE**, v. 9, n. 10, p. e110184, 15 out. 2014.

FARIAS, D. B. L.; CASARÕES, G.; MAGALHÃES, D. Radical Right Populism and the Politics of Cruelty: The Case of COVID-19 in Brazil Under President Bolsonaro. **Global Studies Quarterly**, v. 2, n. 2, 2022.

FAUSTINO D. M; OLIVEIRA, L. M. Xenoracismo ou xenofobia racializada? Problematizando a hospitalidade seletiva aos estrangeiros no Brasil. **REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**. v. 29, n. 63, p. 193-210, 2021.

FERREIRA, B. **5 contribuições da Educação Midiática à Liberdade de Expressão**. São Paulo: Instituto Palavra Aberta, 2022.

FINCHELSTEIN, F. **Do fascismo ao populismo na história**. São Paulo: Almedina, 2019.

FISHER, M. **A máquina do caos**: Como as redes sociais reprogramaram nossa mente e nosso mundo. São Paulo: Todavia, 2023.

FONSECA, A. B., ADAD, C. J. C. **Relatório sobre intolerância e violência religiosa no Brasil (2011-2015)**: resultados preliminares. Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2016. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/RelatorioIntoleranciaViolenciaReligiosaBrasil.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2023.

FORTI, S. **Extrema derecha 2.0**: Qué es y cómo combatirla. Madrid: Siglo XXI, 2021.

FORTUNATO, P., PECORARO, M. Social media, education, and the rise of populist Euroscepticism. **Humanities and Social Sciences Communications**, v. 9, art. 301, 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Visível e invisível**: a vitimização de Mulheres no Brasil. 4. ed. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/03/visiveleinvisivel-2023-relatorio.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2023.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV); CONFEDERAÇÃO ISRAELITA DO BRASIL - CONIB. **Guia para análise de Discurso de Ódio**. Centro de Ensino e Pesquisa em Inovação (CEPI). São Paulo, 2020. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/28626/Guia%20de%20An%C3%A1lise%20de%20Discurso%20de%20%C3%93dio.pdf?sequence=1>.

Acesso em: 20 jun. 2023.

GARCIA, L.C.; MAGALHÃES, J. N. A memória da anistia no Brasil: 40 anos de história e de esquecimento. In: TOSI, G.; FERREIRA, L. F. G.; ZENAIDE, M. N. (orgs.). **40 anos da anistia no Brasil: Lições de tempos de lutas e resistências**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, v. 1, p. 207-252, 2021.

GARCIA, L. C. **O direito como lugar de memória social**: Uma aproximação à construção narrativa do caso da bomba da OAB. Dissertação (Mestrado em Direito), Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2016.

GARLAND, J.; GHAZI-ZAHEDI, K.; YOUNG, J. G. *et al.* Impact and dynamics of hate and counter speech online. **EPJ Data Science**, v. 11, n. 3, 2022.

GESSER, M; BÖCK, G; LOPES, P. H. (orgs.). **Estudos da deficiência**: antipacitismo e emancipação social. Curitiba: CRV, 2020. Disponível em: https://www.mpma.mp.br/arquivos/CAOPID/publicacoes/14609_livro-estudos-sobre-deficiencia-2020.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023.

GHERMAN, M. **O Não Judeu Judeu**: A Tentativa de colonização do Judaísmo pelo Bolsonarismo. São Paulo: Fósforo, 2021.

GIUMBELLI, E. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. **Religião e Sociedade**, v. 28, n. 2, p. 80-101, 2008.

GLEISS, H.; LAUBENSTEIN, S. **Measures and strategies for combating hate speech at the European level - an overview**. Berlim: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2021. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/dialog/17431.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2023.

GOMES, F. V.; FAVARETTO, J. P.; LUCCAS, V. N. **Discurso de ódio: desafios jurídicos**. São Paulo: Editora Almedina, 2020.

GONÇALVES, A. B. Da intolerância religiosa aos direitos humanos. **Revista da Faculdade de Direito da UERJ**, v. 2, n. 22, 2012.

GONZAGA, P. R. B.; CUNHA, V. M. Uma Pandemia Viral em Contexto de Racismo Estrutural: Desvelando a Generificação do Genocídio Negro. **Psicologia: Ciência E Profissão**, 40, e242819, 2020.

GREEN, T. H. **The Fear of Islam**: An Introduction to Islamophobia in the West. Minneapolis: Fortress Press, 2015.

GUARATY, K. D. **Discurso de Ódio no Direito Eleitoral**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023.

GUESS, A.; NAGLER, J.; TUCKER, J. Less than you think: Prevalence and predictors of fake news dissemination on Facebook. **Science Advances**, v. 5, n. 1, p. 1–8, 2019.

HARTIKAINEN, E. Racismo religioso, discriminação e preconceito religioso, liberdade religiosa: controvérsias sobre as relações entre estado e religião no Brasil atual. **Debates do NER**, [S. l.], 2021.

INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO. Mulheres evangélicas para além do voto: concepções sobre política e cotidiano. **Religião e Poder**, 30 set. 2022. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/mulheres-evangelicas-para-alem-do-voto-concepcoes-sobre-politica-e-cotidiano/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICO E APLICADA. *et al.* **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. Brasília: Ipea, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2022**. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: 23 jun. 2023.

KALIL, A. **“Deus, Pátria e Família”**: O ativismo conservador rumo à uma “direita de verdade”. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, 2022.

KALIL, I. Políticas antiderechos en Brasil: neoliberalismo y neoconservadurismo en el gobierno de Bolsonaro. **Derechos en riesgo en América Latina**, v. 11, p. 35-53, 2020.

KALIL, I. *et al.* Politics of fear in Brazil: Far-right conspiracy theories on COVID-19. **Global Discourse**, v. 11, n. 3, p. 409-425, 2021.

KALIL, I. *et al.* **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro**. São Paulo: FESPSP, 2018. Disponível em: <https://www.fespsp.org.br/upload/usersfiles/2018/Relat%C3%B3rio%20para%20Site%20FESPSP.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2023.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KUMAR, D. **Islamophobia and the Politics of Empire**. Boston: Haymarket Books, 2012.

KUNSCH, M. M. K.; FISCHMANN, R. **Mídia e tolerância**: a ciência construindo caminhos de liberdade. São Paulo: Edusp, 2002.

LEVI, P. **É isto um homem?** Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

LÉVI-STRAUSS, C. Raça e História. **Antropologia Estrutural II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 328–366, 1976.

LOPERFIDO, G. (Org.). **Extremism, Society, and the State**: Crisis, Radicalization, and the Conundrum of the Center and the Extremes. Brooklyn: Berghahn Books, 2021.

- LYNCH, C.; CASSIMIRO, P. H. P.. O Populismo Reacionário no poder: uma Radiografia Ideológica do Governo Bolsonaro (2018-2021). **Aisthesis (Santiago)**, n. 70, 2021.
- MACEDO, I.; BARBOSA, F. C. Islamofobia de gênero e reflexos na saúde mental de mulheres muçulmanas. **Revista USP**, São Paulo, v. 1, n. 131, p. 153-161, 2021.
- MAGALHÃES, J. N.; GARCIA, L. “Toda a sua história”, Brasil. In: MAGALHÃES, J. N.; CARBALLIDO, M. E. G.; RICOBON, G; PRONER, C. (orgs.). **Black mirror law: o direito em tempos de neoliberalismo**. Rio de Janeiro: Pimore, p. 41-62, 2021.
- MASCARO, A. L. B. **Crítica ao fascismo**. São Paulo: Boitempo, 2022.
- MBEMBE, A. **Brutalismo**. Lisboa: Antígona, 2020.
- MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.
- MELLO, P. C. **A máquina do ódio: notas de uma repórter sobre fake news e violência digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- METEORO BRASIL. **Tudo o que você desaprendeu para virar um idiota**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.
- MIGUEL, L. F. O mito da “ideologia de gênero” no discurso da extrema direita brasileira. **Cadernos Pagu**, n. 62, p. e216216, 2021.
- MIRANDA, A. P. M. Entre o privado e o público: considerações sobre a (in)criminação da intolerância religiosa no Rio de Janeiro. **Anuário antropológico**, v. 2009-2, p. 125-152, 2010.
- MUDDE, C. **Populist radical right parties in Europe**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- MUDDE, C. **A extrema direita hoje**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2022.
- NUNES, R. **Do Transe a Vertigem: Ensaios Sobre Bolsonarismo em um mundo em transição**. São Paulo: Ubu, 2022.
- OBSERVATÓRIO JUDAICO DOS DIREITOS HUMANOS DO BRASIL. **Relatório de eventos antissemitas e correlatos no Brasil**, 22 abr. 2023. Disponível em: <https://www.observatoriojudaico.org.br/post/relatorio-de-eventos-antissemitas-e-correlatos-no-brasil-01-07-2022-a-31-12-2022>. Acesso em: 28 jun. 2023
- OLIVEIRA, I. M. Movimentos afroreligiosos e suas estratégias jurídicas contra o racismo religioso em Sergipe. **Revista de Movimentos Sociais e Conflitos**, v. 3, p. 1-20, 2017.
- OLIVEIRA, M. V. B. *et al.* Observatório do Idadismo: primeiras experiências de combate ao preconceito etário. **Práticas e Cuidado: Revista De Saúde Coletiva**, v. 4, 2023.

PEREIRA, L. I.; CALDAS, C. O. L. O fenômeno Shitstorm: Internet, intolerância e violação de direitos humanos. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, v. 6, n. 1, p. 123–134, 2017.

PETRAGLIA, A.; BARAT, C. R.; SOUZA, I.; GALLO, J. S. e ALVES, P. Cidadania e Democracia desde a escola. **Caderno Metodológico**. São Paulo: Instituto Auschwitz para a Prevenção de Genocídio, 2023. Quinta versão revisada e ampliada.

PIERUCCI, A. F. **O Desencantamento do mundo**: Todos os passos do conceito em Max Weber. São Paulo: Editora 34, 2003.

PIERUCCI, A. F. Fundamentalismo e integrista: os nomes e a coisa. **Revista USP**, n. 13, p. 144-156, 1992.

PINHEIRO-MACHADO, R.; FREIXO, A. (orgs.). **Brasil em Transe**: Bolsonaro, Novas Direitas e Desdemocratização. Rio de Janeiro: Cava, 2019.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. SCALCO, Lucia Mury. Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. **Cadernos IHU Ideas** (2018). Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/278cadernosihuideias.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2023.

PINHEIRO-MACHADO, R.; SCALCO, L. M. From hope to hate. **HAU-JOURNAL OF ETHNOGRAPHIC THEORY**, v. 10, p. 21-31, 2020.

PINHEIRO-MACHADO, R.; SCALCO, L. M. Humanizing Fascists? Nuance as an anthropological responsibility. **Social Anthropology** (Print), v. 29, p. 1-10, 2021.

PINHEIRO-MACHADO, R.; VARGAS-MAIA, T. Por que precisamos de uma nova estrutura para estudar a extrema-direita no Sul Global. **Global Dialogue**, v. 13, p. 16, 2023.

PINHEIRO-MACHADO, R.; VARGAS-MAIA, T. (Orgs.) **The Rise of The Radical Right in the Global South**. Londres: Routledge, 2023.

PINHEIRO-MACHADO, R.. **Amanhã vai ser maior**: o que aconteceu com o Brasil e as possíveis rota de fuga da crise atual. São Paulo: Planeta, 2019.

PIOTR, G; WALTERS, M. Hate Crime: Mapping the Boundaries. **Journal of the Law Society of Scotland**, v. 65, n. 6, p. 12-14, 2020.

RAMIREZ, G. A. **Políticas Antigénero en América Latina – “Ideología De Género”, Lo “Postsecular”, el Fundamentalismo Neopentecostal y el Neointegrismo Católico**: La Vocación Anti-Democrática. Rio de Janeiro: Observatorio de Sexualidad y Política (SPW)/ABIA, 2020. Disponível em: <https://sxpolitics.org/GPAL/>. Acesso em: 24 jun. 2023.

RATHJE, S.; VAN BAVEL, J. J.; VAN DER LINDEN, S. Out-group animosity drives engagement on social media. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 118, n. 26, p. e2024292118, 23 jun. 2021.

REDES CORDIAIS. **Guia Para Criadores De Conteúdo Infantojuvenil**. Disponível em: <https://www.redescordiais.com.br/wp-content/uploads/2022/03/2203-InfluencerDigitalNaReal.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2023.

REIS, J. J. **Rebelião Escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REPÓRTERES SEM FRONTEIRAS. **O Jornalismo Frente às Redes de Ódio no Brasil**. Ataques online contra a imprensa nas eleições de 2022. Repórteres Sem Fronteira, 2023. Disponível em: https://rsf.org/sites/default/files/medias/file/2023/04/As%20redes%20de%20odio%20no%20Brasil_PT.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

ROCHA, A. C. G. P. e SILVEIRA, A. B. **Panorama da Educação em Direitos Humanos no Brasil: órgãos, políticas e ações**. Curitiba: Instituto Aurora, 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/11Yh7M-WDKp9GKoHEy3-A5StqaApdTKlx/view>. Acesso em: 28 jun. 2023.

ROCHA, C.; SOLANO, E.; MEDEIROS, J. **The Bolsonaro Paradox: The Public Sphere and Right-Wing Counterpublicity in Contemporary Brazil**. [s.l.] Springer Nature, 2021.

ROCHA, C. **Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2021.

ROCHA, J. **Cartilha de Orientação para Vítimas de Discurso de Ódio**. Biblioteca FGV. Rio de Janeiro, RJ: Defensoria Pública do Rio de Janeiro; FGV Direito Rio, 2020. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/29490/CARTILHA%20DE%20ORIENTA%20PARA%20V%20TIMAS%20DE%20DISCURSO%20DE%20ODIO.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 28 jun. 2023.

ROCHA, J. C. C. **Guerra Cultural e Retórica do ódio: Crônicas de um Brasil Pós-político**. Rio de Janeiro: Caminhos, 2021.

SABBATINI, L.; CHAGAS, V.; MIGUEL, V. M.; PEREIRA, G. R.; DRAY, S. **Mapa da Violência Política de Gênero em Plataformas Digitais**. Niterói: coLAB/UFF, 2023. 60 p. (Série DDoS Lab). doi:10.56465/ddoslab.2023.002.

SAFERNET. **MINIGUIA sobre discurso de ódio para criadores**. Disponível em: <https://www.safernet.org.br/guia-criadores.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.

SAID, E. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANAHUJA, J. A., STEFANONI, P., CALDEIRA NETO, O., FORTI, S., GÜEMES, M. C., LÓPEZ BURIAN, C., PEREYRA DOVAL, G. **Extremas derechas y democracia: perspectivas iberoamericanas**. Madrid: Fundación Carolina, 2023.

SANTOS, C. A. I., DIAS, B. B., SANTOS, L. C. **II Relatório sobre intolerância religiosa: Brasil, América Latina e Caribe**. Rio de Janeiro, CEAP, 2023. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384250>. Acesso em: 24 jun. 2023.

SANTOS, I.; NASCIMENTO, M.; CAVALCANTI, J.; GINO, M.; ALMEIDA, V. **Intolerância Religiosa no Brasil: relatório e balanço**. Rio de Janeiro: Kline, 2017.

SANTOS, N.; ALMADA, M. P.; CARREIRO, R.; CERQUEIRA, E. **O racismo não anda só: as dimensões do racismo nas redes**. Salvador: Aláfia Lab, 2023. Disponível: <https://alafialab.org/wp-content/uploads/2023/05/Relatorio-Racismo-nao-anda-so-maio-2023-compactado.pdf>. Acesso: 29 jun. 2023.

SARDENBERG, C. M. B.; TAVARES, M. S. **Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento [online]**. Salvador: EDUFBA, 2016.

SCHURIG, S. **Relatório sobre a comunidade brasileira de glorificação de assassinos, atiradores escolares e supremacistas brancos (AAS) nas plataformas TikTok e Twitter**. 2023.

SELLARS, A. Defining Hate Speech. **SSRN Electronic Journal**, v. 20, 2016.

SETUBAL, J. M.; FAYAN, R. A. C. (orgs.). **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Comentada**. Campinas: Fundação FEAC, 2016.

SHOSHAN, N. **The Management of Hate: Nation, Affect, and the Governance of Right-Wing Extremism in Germany**. Princeton: Princeton University Press, 2016.

SILVA, A. M. M.; TAVARES, C. Educação em direitos humanos no Brasil: contexto, processo de desenvolvimento, conquistas e limites. **Educação**, v. 36, n. 1, 2013.

SILVA, D. N. **Pragmática Da Violência: Nordeste Na Mídia Brasileira**. Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras, 2012.

SILVA, V. G. **Intolerância religiosa. Impactos do neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 2007.

SILVA, A. O envelhecimento na perspectiva do racismo e de outras formas de discriminação: influências dos determinantes institucionais e estruturais para a vida das pessoas idosas. **Editorial • Rev. bras. geriatr. gerontol**, v. 22, n. 4, 2019.

SILVEIRA, R. M. (Org.). **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. Recife: Editora UFPB, 2007.

SOARES, I. de O. Educação, paradigma indispensável à renovação curricular

- no ensino básico no Brasil. **Comunicação & Educação**, v. 23, n. 1, p. 7–24, 2018.
- SOLANO, E.; ROCHA, C.; DELLA COSTA, B. **Feminismo em disputa**. São Paulo: Boitempo, 2022.
- SOLANO, E.; ROCHA, C. **O ódio como política**: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
- SOUZA, F. F. Discursividades Islamofóbicas e Populismo: O Caso Brasileiro. In: BARBOSA, F. C. *et al.* (Org.). **Islam, Decolonialidade e(m) Diálogos plurais**. São Bernardo do Campo: Ambigrama, p. 209-234, 2022.
- SOUZA, F. F. Islamofobia brasileira online: discursos fechados sobre o Islam em uma rede social. **pragMATIZES**, v. 7, n. 13, p. 36-52, abr. 2017.
- SOUZA, F. F. O Medo dos Muçulmanos: O Inóspito Espaço para Imigrantes. **Estudos de Sociologia**, v. 26, n. 51, p. 743-766, 2021.
- STANLEY, J. **Como funciona o fascismo**: a política do Nós e Eles. Porto Alegre: L&PM, 2019.
- TAVARES, A. R.; ALMEIDA, R. R. **Participe!**: eleições, partidos políticos e ideologias de A a Z. São Paulo: Liqueet, 2020.
- TAVARES, V. (Coord.). **Relatório do projeto**: combate à desinformação sobre a Amazônia legal e seus defensores. São Paulo: Intervozes, 2023. Disponível em: <https://intervozes.org.br/publicacoes/relatorio-combate-a-desinformacao-e-ao-discurso-de-odio-na-amazonia-legal/>. Acesso em: 28 jun. 2023.
- TEITELBAUM, B. **Guerra pela eternidade**: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Campinas: Editora Unicamp, 2020.
- TODOROV, T. **O medo dos bárbaros**: para além do choque das civilizações. Rio de Janeiro, Vozes, 2010.
- VERGANI, M. *et al.* Hate Speech in a Telegram Conspiracy Channel During the First Year of the COVID-19 Pandemic. **Social Media + Society**, out.-dez., p. 1-14, 2022.
- VIEIRA, J. C.; CALDAS JUNIOR, A. L. **Memórias da pandemia**: a história da Covid-19 em Botucatu (e no mundo). São Paulo: edição dos autores, 2023.
- VITAL, C.; LOPES, P.; LUI, J. **Religião e política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014**. Rio de Janeiro: ISER, Fundação Heinrich Böll, 2017.
- VITAL, C. **Oração de Traficante**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.
- VOSOUGHI, S.; ROY, D.; ARAL, S. The spread of true and false news online. **Science**, v. 359, n. 6380, p. 1146–1151, 9 mar. 2018.

WALKENHORST, D.; BAAKEN, T.; RUF, M.; LEAMAN, M.; HANDLE, J.; KORN, J. **Rehabilitation Manual**. Rehabilitation of radicalised and terrorist offenders for first-line practitioners. Violence Prevention Network, 2020. Disponível em: https://home-affairs.ec.europa.eu/system/files/2020-06/ran_rehab_manual_en.pdf. Acesso em: 24 jun. 2023.

WILKINSON, P. Violence and terror and the extreme right. **Terrorism and Political Violence**, v. 7, n. 4, p. 82-93, 1995.

WODAK, R. **The Politics of Fear: What Right-Wing Populist Discourses Mean**. London: SAGE Publications Ltd, 2015.

WOLFF, E. C. Evola's interpretation of fascism and moral responsibility. **Patterns of Prejudice**, v. 50, n. 4-5, p. 478-494, 2016.

ZHOU, X.; ZAFARANI, R. A Survey of Fake News: Fundamental Theories, Detection Methods, and Opportunities. **ACM Computing Surveys**, v. 53, n. 5, 2020.

5.2 Legislações, documentos de Estado e de Organismos Internacionais

BRASIL. **Decreto nº 65.810, de 8 de dezembro de 1969**. Promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. Brasília: Presidência da República, 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D65810.html. Acesso em: 28 jun. 2023.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012**. Institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: Ministério da Educação, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 28 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 592, de 6 de julho de 1992.** Atos Internacionais. Pacto internacional sobre Direitos Civis e Políticos. Promulgação. Brasília: Presidência da República, 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm. Acesso em: 28 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002.** Promulga a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, de 1979, e revoga o Decreto nº 89.460, de 20 de março de 1984. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm. Acesso em: 28 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília: Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 29 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019.** Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10088.htm. Acesso em: 29 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.642, de 3 de abril de 2018.** Altera a Lei nº 10.446, de 8 de maio de 2002, para acrescentar atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores que difundam conteúdo misógeno, definidos como aqueles que propagam o ódio ou a aversão às mulheres. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13642.htm. Acesso em: 28 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Escola Segura:** Como lidar com conteúdos de violência online e conversar com crianças e jovens sobre o tema. Brasília: Ministério da Educação, 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Guia para uma comunicação responsável sobre a pessoa idosa.** Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023.

BRASIL. **Portaria nº 129, de 17 de fevereiro de 2023.** Institui Grupo de Trabalho para apresentação de estratégias de combate ao discurso de ódio e ao extremismo, e para a proposição de políticas públicas em direitos humanos sobre o tema. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-129-de-17-de-fevereiro-de-2023-465411989>. Acesso em: 28 jun. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 130, de 23 de fevereiro de 2023.** Institui Grupo de Trabalho para apresentação de estratégias de combate ao discurso de ódio e ao extremismo, e para a proposição de políticas públicas em direitos humanos sobre o tema. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-130-de-23-de-fevereiro-de-2023-465832327>. Acesso em: 28 jun. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 148, de 2 de março de 2023.** Altera a Portaria nº 130, de 23 de fevereiro de 2023, que institui Grupo de Trabalho para apresentação de estratégias de combate ao discurso de ódio e ao extremismo, e para a proposição de políticas públicas em direitos humanos sobre o tema. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/portaria-n-148-de-2-de-marco-de-2023>. Acesso em: 28 jun. 2023.

BRASIL. **Portaria nº 196, de 30 de março de 2023.** Altera a Portaria nº 130, de 23 de fevereiro de 2023, que institui Grupo de Trabalho para apresentação de estratégias de combate ao discurso de ódio e ao extremismo, e para a proposição de políticas públicas em direitos humanos sobre o tema. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/23717>. Acesso em: 28 jun. 2023.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3).** Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, 2009. Disponível em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/NHRA/Brazil2009_po_rtuquese.pdf. Acesso em: 23 jun 2023.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. **Programa Nacional de Direitos Humanos 3.** Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, 2010.

EUROPEAN EXTERNAL ACTION SERVICE'S (EEAS). **1st Report on Foreign Information Manipulation and Interference Threats.** 2023. Acesso em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/1st-eeas-report-foreign-information-manipulation-and-interference-threats_en. Acesso em: 23 jun. 2023.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Relatório Mundial 2022: Brasil**, 2022. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/world-report/2022/country-chapters/brazil>. Acesso em: 28 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: [unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos](https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos). Acesso em: 28 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Resolução A/RES/75/309**. Promoting interreligious and intercultural dialogue and tolerance in countering hate speech. Resolution adopted by the General Assembly on 21 July 2021. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/3814328>. Acesso em: 23 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **UN Strategy and Plan of Action on Hate Speech**. Disponível em: https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/advising-and-mobilizing/Action_plan_on_hate_speech_EN.pdf. Acesso em: 23 jun 2023.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil**. Brasília: OIT, 2011. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilgia/documents/publication/wcms_227533.pdf Acesso em: 23 jun. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório Mundial sobre Idadismo da OMS**. Genebra: Organização Mundial da Saúde. 2021. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240016866>. Acesso em: 28 jun. 2023.

SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3)**. Brasília: SEDH-PR, 2009. Disponível para consulta em: https://www.ohchr.org/sites/default/files/Documents/Issues/NHRA/Brazil2009_portuguese.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Countering Online Hate Speech**. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2015. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233231>. Acesso em: 28 jun. 2023.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Addressing hate speech on social media: contemporary challenges**. Discussion Paper. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2021. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379177>. Acesso em: 28 jun. 2023.



UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Addressing hate speech through education**. A guide for policy-makers. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO) and the United Nations Office on Genocide Prevention and the Responsibility to Protect, 2023. Disponível em:

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379177>. Acesso em: 23 jun. 2023.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Safeguarding freedom of expression and access to information: guidelines for a multistakeholder approach in the context of regulating digital platforms**, 2023. Disponível em:

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384031>. Acesso em: 23 jun. 2023.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **II Relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) de 2023**. Disponível em:

<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384250>. Acesso em: 28 jun. 2023.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR HUMAN RIGHTS. **Report on best practices and lessons learned on how protecting and promoting human rights contribute to preventing and countering violent extremism**. Genebra: UN, 21 de julho, 2016. <https://digitallibrary.un.org/record/845276#record-files-collapse-header>. Acesso em: 23 jun. 2023.

5.3. Notícias e sites de interesse na internet

ALVES, J. C. **#influencerdigitalnaREAL**. Guia para criadores de conteúdo infantojuvenil. Galo da Manhã e Redes Cordiais. Disponível em:

<https://www.redescordiais.com.br/wp-content/uploads/2022/03/2203-InfluencerDigitalNaReal.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Arresala - Xiismo: Radical ou Pacífico? - Prof. Dr. Salem Nasser - Xiismo e Xiita (Pt3). Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=q0NU2AugKeM>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Assembleia Mundial da Juventude Islâmica - Wamy Brasil. Disponível em:

<https://www.instagram.com/wamynobrasil/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Associação Nacional de Juristas Islâmicos (ANAJI). Disponível em:

<https://www.instagram.com/anaji.org.br/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Blog do Dunker. Disponível em:

<https://lnkd.in/d/bzjhAp>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Center For Research on Extremism [Centro para Pesquisa sobre Extremismo]- Universidade de Oslo. Disponível em:

<https://www.sv.uio.no/c-rex/english/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Central de Notícias Uninter - Pessoas mais velhas compartilham mais notícias falsas. Disponível em:

<https://www.uninter.com/noticias/pessoas-mais-velhas-compartilham-mais-noticias-falsas>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Centro de Divulgação do Islam para América Latina (CDIAL). Disponível em:

<https://www.instagram.com/portalc dial/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Centro Islâmico no Brasil - Arresala CIB. Disponível em:

<https://www.instagram.com/arresala/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Comissão Episcopal para o Ecumenismo e o Diálogo Inter-religioso da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Disponível em:

<https://www.cnbb.org.br/categoria/comissoes/ecumenismo-e-dialogo-inter-religioso/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Consultor Jurídico - Acusados de armar bomba perto do aeroporto de Brasília viram réus. Disponível em:

<https://www.conjur.com.br/2023-jan-15/acusados-armar-bomba-perto-aeroporto-brasil-ia-viram-reus>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE). Disponível em:

<https://www.cese.org.br/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Educamídia - O que é Educação Midiática. Disponível em:

<https://educamidia.org.br/educacao-midiatica>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Federação das Associações Muçulmanas do Brasil (FAMBRAS) - Encontros Inter-Religiosos. Disponível em:

<https://www.fambras.org.br/encontro-inter-religioso>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Fundação Palmares Cultural - Passado um ano de atentado contra africanos, UnB lança programa contra xenofobia. Disponível em:

<https://www.palmares.gov.br/?p=2460>. Acesso em: 28 jun. 2023.

GOMES, A. *et al.* Embate entre quem defendia e ofendia nordestinos abriu espaços para alegações de fraudes das eleições no Twitter. **InternetLab**, 12 de outubro de 2022. Notícias. Disponível em:

<https://internetlab.org.br/pt/noticias/embate-entre-quem-defendia-e-ofendia-nordestinos-abriu-espacos-para-alegacoes-de-fraudes-das-eleicoes-no-twitter/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

G1 Bahia. Bolsonaro critica 'xiitas ambientais' e diz ter 'profunda repulsa com quem não é brasileiro'. **Portal G1**, 23 de julho de 2019. Bahia. Disponível em:

<https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/07/23/bolsonaro-critica-xiitas-ambientais-e-diz-ter-profunda-repulsa-com-quem-nao-e-brasileiro.ghtml>. Acesso em: 28 jun. 2023.

GOMES A. *et al.* Embate entre quem defendia e ofendia nordestinos abriu espaços para alegações de fraudes das eleições no Twitter. **Internetlab**, 21 de outubro de 2022. Notícias. Disponível em: <https://internetlab.org.br/pt/noticias/embate-entre-quem-defendia-e-ofendia-nordestinos-abriu-espacos-para-alegacoes-de-fraudes-das-eleicoes-no-twitter/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

International Centre for Counter-Terrorism [Centro Internacional para Contra-Terrorismo]. Disponível em: <https://www.icct.nl/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Instituto Aurora - Panorama da Educação em Direitos Humanos no Brasil. Disponível em: <https://institutoaurora.org/panorama-da-educacao-em-direitos-humanos/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Instituto Auschwitz para a Prevenção de Genocídio e Atrocidades Massivas (AIPG) - Projeto Cidadania e Democracia desde a escola. Disponível em: <https://old.auschwitzinstitute.org/pt-br/cidadania-e-democracia-desde-escola/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores.htm>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Instituto Vladimir Herzog - Projeto Respeitar É Preciso. Disponível em: <https://vladimirherzog.org/acoes-ivh/projeto-respeitar-e-preciso/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Koinonia Presença Ecumênica e Serviço. Disponível em: <https://kn.org.br/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

MARCHIORE, B. e SILVA, G. R. Pesquisadores da USP lançam o primeiro relatório sobre islamofobia no Brasil. **Jornal da USP**, 10 de novembro de 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/pesquisadores-da-usp-lancam-o-primeiro-relatorio-sobre-isofobia-no-brasil/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

MARTINS, P. Comunicação popular e comunitária em tempos de Covid-19: O direito de se comunicar e o direito à saúde. **Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco)**, 17 de abril de 2020. Notícias. Especial Coronavírus. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/comunicacao-popular-e-comunitaria-em-tempos-de-covid-19-o-direito-de-se-comunicar-e-o-direito-a-saude/47000/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

MERRIL, J. B. e OREMUS, W. Five points for anger, one for a 'like': How Facebook's formula fostered rage and misinformation. **The Washington Post**, 26 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/technology/2021/10/26/facebook-angry-emoji-algorithm/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Ministério da Educação - Professora cria projeto de valorização da mulher e leva prêmios para escola do DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/mulheres-inspiradoras>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania - Programa Nacional de Educação Continuada em Direitos Humanos (PNEC-DH). Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/programa-nacional-de-educacao-continuada-em-direitos-humanos>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Ministério Público de São Paulo - MP obtém a condenação de acusado de matar estudante angolana em SP. Disponível em: <https://mpsp.mp.br/w/mp-obt%C3%A9m-a-condena%C3%A7%C3%A3o-de-acusado-de-matar-estudante-angolana-em-sp>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Monitoramento: Instituto AzMina, InternetLab e Núcleo Jornalismo para monitorar a violência política e eleitoral contra candidatas(os) nas redes sociais, durante as eleições de 2022. Disponível em: <https://monitora.org.br/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. O discurso de ódio "é um dos sinais de alerta de genocídio e de outros crimes atrozes," alerta Guterres, 16 jun. 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/236831-o-discurso-de-%C3%B3dio-%C3%A9-um-dos-sinais-de-alerta-de-genoc%C3%ADdio-e-de-outros-crimes-atrozes-alerta>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Normose - Você odeia pobre (mas finge que não). Aqui o porquê. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=6DO4-mdpJ8A>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Observatório de Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil. Disponível em: <https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Opera Mundi - Christian Dunker: como vencer o discurso de ódio - Programa 20 minutos. Disponível em: <https://www.youtube.com/live/LLOAkLd4k0A?feature=share>. Acesso em: 28 jun. 2023.

PAZZANESE, C. Why isn't the right more afraid of COVID-19? **The Harvard Gazette**, 30 de outubro de 2020. National & World Affairs. Disponível em: <https://news.harvard.edu/gazette/story/2020/10/what-caused-the-u-s-anti-science-trend/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Plataforma Religião e Poder do Instituto de Estudos da Religião (ISER). Disponível em: www.religiaoepoder.org.br. Acesso em: 28 jun. 2023.

Podcast Curti, e daí? Disponível em: <https://www.vero.org.br/conteudos/podcast/curti>. Acesso em: 28 jun. 2023..



Repórteres sem Fronteiras - Imprensa sob pressão no Brasil - RSF analisa ataques online a jornalistas durante as eleições presidenciais. Disponível em: <https://rsf.org/pt-br/imprensa-sob-press%C3%A3o-no-brasil-rsf-analisa-ataques-online-jornalistas-durante-elei%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 28 jun. 2023.

SAFERLAB. **ToolBox. CRIE SUA CONTRANARRATIVA**. Disponível em: <https://saferlab.org.br/guia.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2023.

SAFERNET BRASIL - Xenofobia, intolerância religiosa e misoginia foram os crimes denunciados à Safernet que mais cresceram nas eleições. Disponível em: <https://new.safernet.org.br/content/xenofobia-intolerancia-religiosa-e-misoginia-foram-os-crimes-denunciados-a-safernet-que-mais-cresceram-nas-eleicoes>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Secretaria de Comunicação da Presidência da República - Consulta Pública sobre educação Midiática - texto de referência. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/educacao-midiatica>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Supremo Tribunal Federal - STF mantém restrição temporária de atividades religiosas presenciais no Estado de São Paulo. 8 de abril de 2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=463849&ori=1>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Supremo Tribunal Federal - Ministro Lewandowski veda utilização do canal Disque 100 para queixas sobre vacinação contra covid-19. 14 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=481704&ori=1>. Acesso em: 28 jun. 2023.

TERSO, T. e MELO, P.V. Comunicação popular e comunitária salvam vidas durante a pandemia. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 10 de maio de 2021. Mídia e pandemia: a democracia sob ataque. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/comunicacao-popular-e-comunitaria-salvam-vidas-durante-pandemia/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

The Holocaust and Other Genocides (International Holocaust Remembrance Alliance). Disponível em: <https://www.holocaustremembrance.com/resources/educational-materials/holocaust-and-other-genocides>. Acesso em: 28 jun. 2023.

Transrespect versus Transphobia Worldwide - Trans Murder Monitoring. Disponível em: <https://transrespect.org/en/trans-murder-monitoring/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

VARGEM, Alex. Imigrantes e refugiados organizam marcha contra a xenofobia. **Brasil de Direitos**, 14 de novembro de 2019. Disponível em: <https://brasildedireitos.org.br/atualidades/imigrantes-e-refugiados-organizam-marcha-contr-a-xenofobia>. Acesso em: 28 jun. 2023.



WODINSKY, S. Posts de raiva são os que mais geram cliques e engajamento nas redes sociais. **Gizmodo BR**, 25 jun. 2021. Disponível em: <https://gizmodo.uol.com.br/estudo-posts-raiva-geram-mais-engajamento-cliques/>. Acesso em: 28 jun. 2023

6

ANEXOS

PORTARIA Nº 130, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2023⁷²

Institui Grupo de Trabalho para apresentação de estratégias de combate ao discurso de ódio e ao extremismo, e para a proposição de políticas públicas em direitos humanos sobre o tema.

O MINISTRO DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, Grupo de Trabalho para apresentação de estratégias de combate ao discurso de ódio e ao extremismo, e para a proposição de políticas públicas em direitos humanos sobre o tema.

Art. 2º Compete ao Grupo de Trabalho:

I - assessorar o Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania nas questões referentes ao discurso de ódio e ao extremismo;

II - realizar estudos e discutir estratégias de combate ao discurso de ódio e ao extremismo; e

III - propor políticas públicas de direitos humanos para combater o discurso de ódio e o extremismo.

Art. 3º O Grupo de Trabalho será composto por:

I - seis representantes do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, sendo:

a) um da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos;

b) um da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+;

⁷² BRASIL. **Portaria nº 130, de 23 de fevereiro de 2023**. Institui Grupo de Trabalho para apresentação de estratégias de combate ao discurso de ódio e ao extremismo, e para a proposição de políticas públicas em direitos humanos sobre o tema. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-130-de-23-de-fevereiro-de-2023-465832327>. Acesso em: 28 jun. 2023.

- c) um da Assessoria de Participação Social e Diversidade;
- d) um da Assessoria Especial de Comunicação Social;
- e) um da Assessoria Especial de Educação e Cultura em Direitos Humanos;
- f) um da Assessoria Especial de Defesa da Democracia, Memória e Verdade; e

II - vinte e dois representantes da Sociedade Civil:

- a) Manuela Pinto Vieira d'Ávila, que presidirá os trabalhos;
- b) Camilo Onoda Caldas, na condição de Relator;
- c) Christian Ingo Lenz Dunker;
- d) Débora Diniz Rodrigues;
- e) Esther Solano;
- f) Felipe Mendonça;
- g) Felipe Neto Rodrigues Vieira;
- h) Guilherme Stolle Paixão e Casarões;
- i) João Cezar de Castro Rocha;
- j) Isabela Oliveira Kalil;
- k) Letícia Maria Costa da Nobrega Cesarino;
- l) Dolores Aronovich Aguero;
- m) Lusmarina Campos Garcia;
- n) Magali do Nascimento Cunha;
- o) Marcos Xukuru;
- p) Michel Gherman;
- q) Nina Santos;
- r) Pedro Rodrigues Curi Hallal;
- s) Ricardo Campos;
- t) Ronilso Pacheco;
- u) Rosana Pinheiro-Machado; e
- v) Rodney William Eugênio.

§ 1º Cada representante do Grupo de Trabalho de que trata o inciso I do caput deste artigo terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Os representantes de que trata o inciso I do caput deste artigo, titulares e suplentes, serão indicados pelo titular das Unidades que representam e designados por ato do Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania.

§ 3º Serão convidados a participar do Grupo de Trabalho um representante, titular e suplente, indicado pelos seguintes Órgãos:

I - Advocacia-Geral da União;

II - Ministério da Educação;

III - Ministério da Igualdade Racial;

IV - Ministério da Justiça e Segurança Pública;

V - Ministério das Mulheres;

VI - Ministério dos Povos Indígenas; e

VII - Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República.

Art. 4º O Grupo de Trabalho se reunirá em caráter ordinário nos termos do calendário por ele estabelecido e, em caráter extraordinário, sempre que convocado por sua Presidenta.

§ 1º O quórum de reunião do Grupo de Trabalho é de maioria absoluta dos membros e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 2º Poderão participar das reuniões do Grupo de Trabalho, como convidados especiais, sem direito a voto, pessoas de notório saber em assuntos referentes ao tema em questão e representantes da área, os quais poderão emitir pareceres para apreciação do Colegiado.

§ 3º Em sua primeira reunião, o Grupo de Trabalho estabelecerá o calendário de encontros, seu modo de funcionamento e plano de trabalho com seus objetivos específicos.

Art. 5º A Secretaria-Executiva do Grupo de Trabalho, que lhe prestará o apoio administrativo necessário, será exercida pela Assessoria de Participação Social e Diversidade do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Art. 6º A participação no Grupo de Trabalho será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 7º O Grupo de Trabalho terá duração de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis se necessário.

Parágrafo único. O relatório final das atividades do Grupo de Trabalho será encaminhado ao Ministro de Estado dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Art. 8º Fica revogada a Portaria nº 129, de 17 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 22 de fevereiro de 2023.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor em 1º de março de 2023.

SILVIO LUIZ DE ALMEIDA

PORTARIA Nº 148, DE 2 DE MARÇO DE 2023⁷³

Altera a Portaria nº 130, de 23 de fevereiro de 2023, que institui Grupo de Trabalho para apresentação de estratégias de combate ao discurso de ódio e ao extremismo, e para a proposição de políticas públicas em direitos humanos sobre o tema.

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, resolve:

Art. 1º A Portaria nº 130, de 23 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 24 de fevereiro de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º

I - sete representantes do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, sendo:

.....

g) um da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais; e

II - vinte e três representantes da Sociedade Civil:

.....

w) Salem Hikmat Nasser.

....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RITA CRISTINA DE OLIVEIRA

⁷³ BRASIL. **Portaria nº 148, de 2 de março de 2023**. Altera a Portaria nº 130, de 23 de fevereiro de 2023, que institui Grupo de Trabalho para apresentação de estratégias de combate ao discurso de ódio e ao extremismo, e para a proposição de políticas públicas em direitos humanos sobre o tema. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/portaria-n-148-de-2-de-marco-de-2023>. Acesso em: 28 jun. 2023.

PORTARIA Nº 196, DE 30 DE MARÇO DE 2023⁷⁴

Altera a Portaria nº 130, de 23 de fevereiro de 2023, que institui Grupo de Trabalho para apresentação de estratégias de combate ao discurso de ódio e ao extremismo, e para a proposição de políticas públicas em direitos humanos sobre o tema.

O MINISTRO DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, da Constituição Federal, resolve: Art. 1º A Portaria nº 130, de 23 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 24 de fevereiro de 2023, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º II - vinte e sete representantes da Sociedade Civil:

- x) Brenda de Fraga Espindula;
- y) Francirosy Campos Barbosa;
- z) Marina Lopes Correa Schaidhauer;
- e aa) Rony Vainzof" (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO LUIZ DE ALMEIDA

⁷⁴ BRASIL. **Portaria nº 196, de 30 de março de 2023**. Altera a Portaria nº 130, de 23 de fevereiro de 2023, que institui Grupo de Trabalho para apresentação de estratégias de combate ao discurso de ódio e ao extremismo, e para a proposição de políticas públicas em direitos humanos sobre o tema. Brasília: MDHC. Disponível em: <https://www.gov.br/participamaisbrasil/blob/baixar/23717>. Acesso em: 28 jun. 2023.

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO